

A string of pearls is shown at the top of the cover, curving across the top edge. The pearls are light-colored and have a soft luster.

O clássico, *A String of Pearls Unstrung*
A Theological Journey into Believers' Baptism

UM CORDÃO DE PÉROLAS SOLTAS

Uma Jornada Teológica no
Batismo de Crentes

FRED A. MALONE



**UM CORDÃO DE
PÉROLAS SOLTAS:
UMA JORNADA TEOLÓGICA
NO BATISMO DE CRENTES**

FRED A. MALONE

Traduzido do original em Inglês
A String of Pearls Unstrung: A Theological Journal into Believers' Baptism
By Fred A. Malone

Via: Founders.org
(Copyright © 1998 Founders Press. Todos os direitos reservados)

Tradução por Camila Almeida
Revisão e Capa por William Teixeira

1ª Edição: Janeiro de 2015

Salvo indicação em contrário, as citações bíblicas usadas nesta tradução são da versão Almeida Corrigida Fiel | ACF • Copyright © 1994, 1995, 2007, 2011 Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

Traduzido e publicado em Português pelo website oEstandarteDeCristo.com, com a devida permissão de Fred Malone (autor) e Tom Ascol (diretor executivo da Founders Ministries), sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International Public License.

Você está autorizado e incentivado a reproduzir e/ou distribuir este material em qualquer formato, desde que informe o autor, as fontes originais e o tradutor, e que também não altere o seu conteúdo nem o utilize para quaisquer fins comerciais.

Um Cordão de Pérolas Soltas

Uma Jornada Teológica no Batismo de Crentes

Por Fred A. Malone

Prefácio

Este folheto não se destina a ser uma obra definitiva sobre o Batismo. Originalmente escrito em 1977, é simplesmente um diário narrado para mim mesmo e para os meus amigos que estão interessados em entender por que eu mudei de uma posição pedobatista (batismo infantil) a uma Batista (batismo de discípulos/confessores somente). Este artigo foi editado para uso como um livreto, mas eu tenho reservado uma revisão completa para um próximo livro¹.

Qualquer discussão sobre o batismo, como acontece com outras doutrinas nas Escrituras, é inútil a menos que todas as partes estejam dispostas a sentar-se com Bíblias abertas, mentes abertas e corações mantidos em oração. O batismo infantil é uma questão emocional, pois envolve nossos filhos e as promessas de salvação para eles. Peço simplesmente que aqueles que desafiam minhas conclusões sincera e caridosamente estudem meus argumentos antes que eles comecem a fazer julgamentos.

Teria sido fácil passar sobre este tema polêmico e permanecer na esfera da Igreja Presbiteriana. Ainda entristece meu coração que meus votos obrigaram-me a retirar-me voluntariamente dessa arena do serviço com seu companheirismo e oportunidades. No entanto, a minha consciência e prática devem ser governadas pelo próprio Cristo por meio da orientação de Sua Palavra escrita e por nenhum outro homem, tradição ou extensão lógica. Por isso, este artigo apresenta o que entendo ser a Sua orientação para mim através das Escrituras.

Estabelecido brevemente, como um teólogo pactual eu vim a crer que, de acordo com a Bíblia, os únicos sujeitos apropriados para o batismo Cristão são discípulos de Cristo. Jesus e Seus discípulos “fazia e batizava mais discípulos do que João” (João 4:1). Primeiro, eles se tornavam discípulos, em seguida, eles eram batizados. Jesus e os apóstolos batizavam as pessoas que haviam se tornado crentes (“discípulos”). Além disso, a Grande Comissão ordena a “ide, fazei discípulos de todas as nações [indivíduos de todas as nações, não as entidades nacionais], batizando-os [aqueles que foram feitos discípulos, ênfase minha]...

[1] Este próximo livro ao qual o Sr. Malone se refere é o clássico *Batismo de Discípulos Somente*.

Ensinando-os [os discípulos, ênfase minha] a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado” (Mateus 28:19-20). Isso é exatamente o que aconteceu no dia de Pentecostes. Somente aqueles que “foram batizados os que de bom grado receberam a sua [de Pedro] palavra” (Atos 2:41), e não filhos pequenos dos crentes. Na Confissão de Westminster e na **Segunda Confissão Batista de Londres**, o batismo e seus sujeitos estão incluídos como elementos de culto sob o princípio regulador de culto, instituídos positivamente por Deus e “limitados por Sua própria vontade revelada” (Confissão de Westminster capítulo 21, seção 1; Segunda Confissão Batista de Londres, capítulo 22, seção 1). A única forma de batismo que se encaixa neste princípio é a que foi “instituída” e “prescrita na Sagrada Escritura”, ou seja, o batismo de discípulos/confessores, não de bebês.

Introdução

A maior luta em minha teologia não foi, por incrível que pareça, os cinco pontos do Calvinismo e da fé Reformada. Encontro isso claro e bem definido de Gênesis ao Apocalipse. Ao invés disso, o meu “espinho na carne” teológico foi o batismo.

Embora eu tenha crescido como um Batista, no seminário eu vim para a posição pedobaptista por causa de vários pontos da teologia. Estes incluíram a aliança com Abraão, a relação entre circuncisão e batismo, a suposta disjunção entre batismos de João e Jesus e o batismo Cristão, o argumento do silêncio, os textos-prova a respeito das crianças no Pacto, e o testemunho da tradição. A obra que mais me influenciou foi o “*Christian Baptism*” (Batismo Cristão), de John Murray.

Quando olho para trás para aqueles dias como um estudante de seminário sincero e investigador, muitas vezes me pergunto se eu fui tão honesto pela busca da verdade como eu pensei que era. Pois no cadinho difícil da rejeição, por vezes amarga, pelos meus amigos Batistas sobre as doutrinas da soberana graça, e na comunhão calorosa dos meus irmãos pedobaptistas de minha mesma opinião, é mais do que possível que eu permiti que sentimentos subjetivos influenciassem a minha interpretação da verdade objetiva sobre o batismo. Eu não acredito que eu sou o único Batista, que se tornou um Presbiteriano sob estas circunstâncias. Na verdade, eu acredito que muitos Batistas, frustrados com a superficialidade doutrinária, deixaram igrejas Batistas para encontrar um lar confortável, teologicamente são em igrejas Presbiterianas. No entanto, os sacramentos nunca são questões menores da doutrina, e é minha esperança que este panfleto convencerá muitos a permanecer, ajudará a reforma e construção de igrejas Batistas mais sólidas.

Em qualquer caso, após a graduação eu reexaminei a minha posição sobre o batismo de infantes e encontrei muitas inconsistências que, por algum motivo, eu não encontrei no

seminário. Tentei deixar a maior parte de meu trabalho ser o mais original possível. No entanto, dois livros me ajudaram a verbalizar muitas coisas já descobertas, estes são *Bebês Devem Ser Batizados?* por T. E. Watson, e *Os Filhos de Abraão*, de David Kingdon. Eu recomendo essas obras aos meus amigos pedobatistas e Batistas.

Eu lidei apenas com os sujeitos apropriados do batismo, porque eu creio que este seja o fator mais importante com o qual começar. O próprio João Calvino acreditava que a Bíblia ensina a imersão e que a igreja primitiva praticava a imersão (Institutas Livro IV. cap. XV, seção 19). Eu aceito a análise de Calvino embora ele tenha permitido diversas práticas.

Enquanto eu percorro cada ponto da teologia em uma forma de narrativa informal, espero dar glória a Deus, deixando que a Sua infalível Palavra seja a autoridade absoluta e final para cada conclusão. Minha oração contínua é para que o Espírito Santo ilumine a minha mente e a mente do leitor enquanto nós olhamos juntos para a mente de Deus revelada na Palavra escrita.

O Espinho

A mudança para convicções Batistas começou enquanto eu estava lendo Êxodo 12, como parte de meus exercícios devocionais. Certamente eu havia lido muitas vezes antes, mas desta vez uma questão importunou a minha alma. Na instituição da festa da Páscoa, eu li: “Portanto guardai isto por estatuto para vós, e para vossos filhos *para sempre*” [ênfase adicionada] (Êxodo 12:24). A minha pergunta diz respeito à participação das crianças na festa, que é um prenúncio da Ceia do Senhor. E se eles participavam, com que idade eles começavam? Além disso, o que isso tem a dizer sobre a participação das crianças na Ceia do Senhor? Enquanto eu meditava, eu me perguntei se isso não poderia ser simplesmente um comando para continuar a ordenança de pai para filho em gerações inteiras. Por isso, decidi pesquisar a questão para obter uma compreensão mais clara.

Concluí que o texto pode favorecer a participação na festa das crianças da família de qualquer idade, bem como ser um comando para continuar a ordenança indefinidamente. Que a palavra “sempre” implica a perpetuidade da ordenança é óbvio. Mas, no contexto da família da Aliança, o hebraico vav conjunção (“e”) parece definir a ordenança como sendo para todos os filhos da casa também. O contexto parece apoiar essa inclusão das crianças na refeição porque não havia outros pães ázimos e carnes permitidas para estarem presentes no domicílio (12:19, 20, 28). Com a exceção dos bebês lactentes, não havia literalmente nada para as crianças comerem, senão a refeição da Páscoa! Alguns especulam que o questionamento das crianças sobre a refeição (v. 26) indica sua falta de participação na mesma. No entanto, elas certamente poderiam ter participado da refeição e ainda fazer

a pergunta sobre ela muito antes de terem a capacidade conceitual para compreender seu significado.

Achei interessante como Berkhof e Murray diferiam em relação a esta situação, mas ambos discordavam da pedocomunhão. Berkhof afirma:

As crianças, embora fossem autorizados a comer a Páscoa nos dias do Antigo Testamento, não podem ser autorizadas a participar da mesa do Senhor, uma vez que não podem cumprir os requisitos para a participação digna. (Teologia Sistemática, p. 656)

Embora admitindo que as crianças do Antigo Testamento participavam da Páscoa, Berkhof as excluía da Ceia do Senhor, porque o Novo Testamento prescreve o autoexame e o discernimento do corpo.

Murray, por outro lado, desconsidera a interpretação que as crianças participavam da Páscoa, por duas razões: (1) não há nenhuma menção de crianças no texto, e (2) a dieta não era adequada para crianças. Um problema com as objeções de Murray é que o mesmo raciocínio pode ser aplicado de forma coerente com o silêncio a respeito bebês no batismo de famílias. Além disso, sua afirmação é presunçosa no que se refere a afirmar que as crianças tinham uma idade para entender o significado da Páscoa, quando perguntaram o que ela significava. Quantas vezes nossos próprios filhos fizeram perguntas sobre Cristo ou Ceia do Senhor e não foram capazes de entender as respostas? Além disso, Murray não reconhece que as crianças são capazes de ingerir o pão ázimo e a carne, enquanto crianças antes de um ano de idade (Batismo Cristão, pp. 76-79).

Portanto, concluo a partir do texto, contexto e apoio de comentário Reformado que os filhos da casa que eram capazes de ingerir carne e pão ázimo partilhavam da festa da Páscoa, simplesmente pela sua posição na família da Antiga Aliança.

Quais são as implicações desse fato? Maravilhou-me que eu corri através de um artigo na *Open Letter* (Carta Aberta) no mês seguinte (1977), usando este mesmo fato para fundamento da comunhão de “Filhos do Pacto”. Esta publicação pela *Fraternidade Pactual de Presbiterianos* imprimiu um artigo do pastor do *Canal Street Presbyterian Church*, em Nova Orleans, defendendo a passagem da alteração da P. C. U. S. (Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos) que permite criancinhas batizadas a virem à mesa do Senhor, logo que eles sejam capazes de tomar os elementos! O argumento foi baseado na transformação da circuncisão em batismo infantil como o princípio que transformar os sujeitos da Páscoa nos sujeitos da Ceia do Senhor.

Quando comecei a assimilar e analisar este artigo, vários argumentos contra as suas conclusões vieram à mente. Os dois mais evidentes eram que (1) há o comando bíblicamente instituído para examinar a si mesmo antes de participar, e (2) não existe nenhum comando positivo para incluir bebês e crianças pequenas na Ceia. O primeiro é um argumento de preceito de acordo com o princípio regulador da Escritura, e o segundo um argumento de silêncio e de inferência. Ambos os argumentos parecem limitar a participação na observância da Ceia do Senhor aos discípulos batizados que são capazes de compreender o significado da Ceia e são capazes de examinar a sua motivação espiritual interior ao tomá-la. Cheguei à conclusão, juntamente com a maioria dos teólogos Reformados, que estes dois argumentos são suficientes para mostrar o erro da comunhão infantil ou pactual.

Qual é agora o meu ponto? Simplesmente isto: Por que a regulamentação do Novo Testamento é suficiente para definir os sujeitos da Ceia do Senhor, mas não os do batismo infantil? Supondo que as crianças da família, na administração da Antiga Aliança, eram autorizadas a participar da festa da Páscoa tão logo elas fossem capazes de consumir os elementos, e assumindo que os filhinhos da família, na administração da Nova Aliança, não são autorizados a participar até professarem a fé e o autoexame são evidentes, minhas perguntas são:

- O que mudou na aplicação do conceito de família da Aliança a partir da Antiga Aliança para a Nova Aliança?
- Por que a criança da família participa da Páscoa e não da Ceia do Senhor?
- O filhinho de crentes na Nova Aliança tem menos bênçãos do que a criança da família na Antiga Aliança?
- Quais são exatamente as bênçãos da Aliança para a criança da família na Nova Aliança, se houver alguma?

Um Cordão de Pérolas

Enquanto eu reconhecia a discordância relativa à conclusão que as crianças da Antiga Aliança participavam da Páscoa pela posição pactual, permaneceu em minha mente um crescente desejo de reexaminar a base bíblica para o batismo infantil. Eu pensei que talvez Deus estava me guiando para estudar novamente a doutrina, de forma que eu seria confirmado disso em minha própria mente no início do seminário, se eu não tivesse deixado influências subjetivas guiarem minha busca pela verdade objetiva. No entanto, eu pensava que se eu viesse a ser um Batista eu não perderia nada em aceitar a verdade de Deus na Palavra. De qualquer forma, eu estaria mais forte no final.

Enquanto todos os teólogos pactuals pedobatistas que li concordam plenamente que não

há mandamento positivo para batizar crianças da Aliança, eles citam o que pode parecer ser um número impressionante de pérolas individuais que podem ser amarradas juntas, como um colar bonito e unificado. Este é o princípio da hermenêutica chamado “boa e necessária inferência”. John Murray afirmou este princípio para o batismo infantil:

Uma das objeções mais convincentes e uma que conclui o argumento para um grande número de pessoas é que não há nenhuma ordem expressa para batizar bebês e nenhum registro no Novo Testamento de um caso claro de batismo infantil... A evidência para o batismo infantil se enquadra na categoria de boa e necessária inferência, e por isso é completamente indefensável demandar que a prova exigida esteja na categoria de ordem expressa ou instância explícita (Batismo Cristão, p. 72).

O problema com esta afirmação é que ela admite inferência do Antigo Testamento a partir da aliança com Abraão para anular o mais evidente e final cumprimento, prescrição e instituição Neotestamentária, pela revelação. De acordo com Murray, alguém teria que apresentar uma ordem ou exemplo contra o batismo infantil para anular sua inferência do Antigo Testamento, mesmo que este nunca fora praticado. Esta é uma posição hermenêutica-mente absurda.

O princípio da “boa e necessária inferência” é legitimamente usado para apoiar a cessação de tais coisas como a revelação escrita e apóstolos modernos. No entanto, nestes casos, a base para tal conclusão é sempre a revelação do Novo Testamento, não implicação do Antigo Testamento. “O Novo está no Antigo, velado; e o Antigo está no Novo revelado” é um acordo sobre hermenêutica, que coloca mais autoridade sobre a instituição do Novo Testamento do que sobre a inferência do Antigo Testamento.

Pode haver uma impressionante coleção de pérolas amarradas no cordão da “boa e necessária inferência”, mas ambos, T. E. Watson e Herman Hoeksema (*Crentes e Sua Descendência*) já demonstraram amplamente que há discordância suficiente entre os teólogos pactuais pedobatistas em cada pérola específica para justificar um reexame da “boa e necessária inferência” que lhes amarra todas juntas. Uma vez que este é um breve artigo, simplesmente usarei o livro bem documentado de Watson (*Bebês Devem Ser Batizados?*²) para mostrar que há um sério desacordo em relação a Escrituras específicas entre os principais teólogos Reformados em quase todo ponto e base de apoio ao batismo infantil.

[2] *Bebês Devem Ser Batizados?*, da autoria de Thomas Edward Watson (Thomas E. Watson), está publicado em português pela Editora Fiel. Recomendamos veemente a aquisição deste livro, pois a argumentação bíblica primorosa e bem documentado do Sr. Watson dá a mais bíblica e plena resposta à questão levantada em seu título: NÃO!

Então, quais são as pérolas no cordão? Desde que eu estou lidando com a minha própria aceitação do pedobatismo, aqui estão as pérolas cuja beleza me fizeram adicioná-las ao meu cordão:

1. A Teologia Pactual do Antigo e Novo Testamentos
2. A Relação entre Circuncisão e Batismo
3. Os Textos de Prova em Relação ao Batismo
4. Atitude de Jesus para com as Crianças
5. A Santificação dos Filhos de Crentes
6. A Disjunção do Batismo de João e o Batismo Cristão
7. O Argumento do Silêncio
8. O Argumento das Bênçãos Ampliadas
9. O Testemunho da Tradição

Eu não lidei com o modo neste artigo, pois a questão dos sujeitos bíblicos do batismo é algo muito mais importante.

1

A Primeira Pérola

Teologia Pactual no Antigo e Novo Testamentos

A principal base para o batismo de filho da aliança é reivindicada ser encontrada na promessa pactual de Deus de abençoar Abraão e a sua “semente”. Abraão foi justificado pela fé, crendo nas promessas de Deus para ser o seu Deus e fazê-lo o pai de muitas nações (Gênesis 12-17; Romanos 4). Ele e sua “semente” herdariam Canaã, em possessão perpétua. E, o mais importante de tudo, o Senhor prometeu ser o Deus de Abraão e de sua “semente”. Então, Deus concedeu o sinal desta aliança, a circuncisão, a Abraão e à sua “semente” para sempre. Este sinal também deveria ser administrado a todos os homens na família, nascidos e comprados. Desde que Abraão é chamado de “pai de todos nós” (Romanos 4:16), e uma vez que os Cristãos são chamados de “descendência de Abraão” (Gálatas 3:29) e “herdeiros segundo a promessa”, parece “bom e necessário” inferir que o sinal do batismo, do Novo Testamento, deve ser aplicado aos filhos de Abraão “semente” da fé como a circuncisão foi aplicada aos filhos de Abraão “semente” da carne (Colossenses 2:11-12). Esta é uma pérola que compele ao batismo infantil.

Os Participantes da Aliança

Várias questões, no entanto, devem ser colocadas a esta conclusão. Em primeiro lugar, se os Cristãos judeus ou gentios são a “semente” de Abraão, devemos tanto reivindicar Canaã física como o nosso legítimo território e também a possessão “eterna”? Em segundo lugar, se a circuncisão é um sinal “para sempre” da aliança Abraâmica, então por que a “semente” Neotestamentária de Abraão não continua a circuncisão como um ato religioso? E, em terceiro lugar, os Cristãos devem batizar não somente os filhos, mas também todos os homens comprados ou nascidos em suas casas?

Tem sido frequente a objeção de que não é legítimo identificar tanto filhos e terra física na mesma categoria em relação às promessas pactuals a Abraão. Concordo plenamente. No entanto, o que acontece com os 318 funcionários do sexo masculino da família de Abraão que foram circuncidados, em virtude de que eles estavam na casa de Abraão? Como é este

aspecto sobre *pessoas* na família da Aliança, não sobre *terras*, na aplicação Neotestamentária do Pacto de Abraão?

Havia uma questão teológica a respeito do batismo dos escravos no período pré-Guerra Civil do Sul entre os Presbiterianos. Meredith Kline tenta lidar com esta questão da aplicação da autoridade pactual doméstica na administração da Nova Aliança sobre a aliança Abraâmica, em seu livro, *Por Juramento Consignado* (pp. 94-102). No entanto, Kline não é claro sobre se o batismo de escravos é ou não uma aplicação legítima na administração da Nova Aliança. Ele se esquia de dizer que esta prática é legítima por causa do silêncio do Novo Testamento e a dificuldade de disciplina eclesiástica (p. 98). Por outro lado, no mesmo parágrafo, ele parece permitir a plausibilidade do batismo de servo em determinadas situações de missão pela conveniência cultural temporária. A decisão parece ser deixada para a chefe individual da aliança em sua aplicação dos princípios da cultura, da família e da igreja com a sua situação particular. A questão sobre qual é a maneira bíblica de lidar com os próprios escravos nesse sentido realmente não é atendida. O participante da teologia pactual e da Nova Aliança é tão vagamente definido?

Junto com a maioria dos teólogos pactuais, concluo que estes elementos de terra e servo da aliança Abraâmica atualmente não se aplicam ao Novo Testamento Cristão e à igreja, uma vez que o reino de Cristo “não é deste mundo” nem é uma nação teocrática, ainda assim continua sendo o “Israel de Deus” (Gálatas 6:16). A maioria de nós acredita que os Cristãos possuirão Canaã nos Novos Céus e Nova Terra, mas não na atual administração das coisas. Nem qualquer um acredita seriamente no batismo de servo.

Deve-se entender que só porque houve uma mistura de elementos físicos e espirituais no Pacto de Abraão, não segue implicitamente que os mesmos elementos se aplicam à Nova Aliança. Todos nós sabemos que alguém tornava-se membro da aliança com Abraão pela circuncisão física, mas Deus também convocou a semente de Abraão a circuncidar espiritualmente os seus corações também (Deuteronômio 10:16). Que a Nova Aliança enfatiza a circuncisão espiritual não implica automaticamente que deve haver membros físicos na Nova Aliança, sem um tal coração. Como o pastor Walter Chantry da Grace Baptist Church, Carlisle, Pensilvânia, bem disse: “Na Antiga Aliança, tudo o que era espiritual era identificado com uma nação exterior. Na Nova Aliança, tudo o que é exterior é identificado com uma nação espiritual”.

Portanto, aqueles que aplicam a inclusão Abraâmica de filhos físicos à Nova Aliança como base para o batismo de infantes dos filhos de Cristãos, devem também lidar honestamente com as implicações “para sempre” de Canaã, circuncisão e membresia adulta doméstica na Nova Aliança. Há muita inconsistência aqui para fazer um argumento válido.

Portanto, a questão principal para mim é: como a Escritura aplica as promessas do Antigo Testamento que são dadas a Abraão e à sua “semente” ao cumprimento da Nova Aliança ao Cristão e à igreja? Continuando, para o momento, assumo que o batismo é a contrapartida Neotestamentária da circuncisão, vamos definir a partir da Escritura a essência da Nova Aliança e quem é exatamente a “semente” de Abraão, os que devem receber o sinal e as bênçãos da Nova Aliança.

A Nova Aliança Descrita

Uma das principais passagens que deve ser considerada na definição do significado da Nova Aliança é Jeremias 31. Nos versículos de 27 a 30, Deus declara que, após o cativeiro profetizado, cada homem arcará com a responsabilidade por sua própria condição espiritual diante de Deus de uma maneira nova. Dando continuidade a essa mudança de ênfase para a responsabilidade individual nos vv. 31-34, Deus define uma nova base para a participação na aliança e bênção no Novo Pacto, que é diferente da base para a adesão e bênção na Antiga Aliança. Ao contrastar a Antiga e Nova Aliança, a definição de Deus sobre a diferença é a de renovação do coração em cada um dos membros da Nova Aliança.

Inicialmente, para se tornar um participante da aliança Abraâmica e sua continuação no Sinai, alguém simplesmente teria que nascer na descendência física de Abraão. A membresia física nesta aliança foi representada pela circuncisão, mas alguém era cortado da salvação da aliança se ele não circuncidasse seu coração também (Deuteronômio 10:16). No entanto, é importante notar que muitos cujos corações nunca foram circuncidados continuaram a participar do Israel visível. No entanto, eles não foram visivelmente cortados do povo da Aliança de Deus. Assim, a doutrina do remanescente fiel do Israel físico surgiu nos profetas (Jeremias 23:1-6; 31:7). Este remanescente viria à fruição e cumprimento durante o reinado de “um Renovo de justiça” da linhagem de Davi. É esse remanescente fiel que é erguido nos dias da Nova Aliança (Jeremias 31:7, 32-34).

A participação na Nova Aliança, que “não é semelhante” à Antiga Aliança, é definida como o experimentar da realidade da Religião do coração em cada membro (Jeremias 31:33-34). A Nova Aliança não apenas introduz novas bênçãos. Em vez disso, todos os membros da Nova Aliança, em verdade, têm a Lei escrita em seus corações (“Porei a minha lei no seu interior, e a escreverei no seu coração”), recebem o perdão dos pecados (“porque lhes perdorei a sua maldade, e nunca mais me lembrarei dos seus pecados”) e conhecem o Senhor (“porque todos me conhecerão, desde o menor até ao maior deles, diz o Senhor”). Esta definição não diz nada sobre a participação nas bênçãos da Nova Aliança por descendência física somente. Em vez disso, os participantes que Jeremias descreve são o

verdadeiro “Israel” (Gálatas 6:16). Eles são os “filhos da promessa”, um remanescente fiel de acordo com a “eleição da graça” de Deus (Romanos 9:6-8), em que cada verdadeiro membro conhece o Senhor. Esta Nova Aliança, na qual Deus escreve a Sua Lei no coração de cada um na Aliança também é definida em Ezequiel 36:24-28 como o tempo em que Deus coloca o Seu Espírito no interior e dá um novo coração que terá o cuidado de observar os Seus preceitos. Esta promessa do Espírito também é falada para toda a casa de Israel, indicando que este novo coração ficará evidente na nação como um todo. De fato, Gálatas 3:14, 29 define o cumprimento da promessa feita a Abraão, na Nova Aliança, como o dom do Espírito para toda a sua “semente”, ou seja, os judeus e gentios crentes (Romanos 4, veja também a exposição sobre a promessa em Atos 2:39 abaixo).

O teólogo pedobatista, Herman Ridderbos, acredita que o ensinamento de Jesus sobre o reino de Deus e de Seus membros nascidos de novo é “determinado pela ideia de Aliança”. A referência de Jesus à Nova Aliança sobre Jeremias 31 na Última Ceia afirma este entendimento. Assim, a ideia do povo de Deus toma um significado mais restrito na Nova Aliança:

O povo de Deus são aqueles por quem Cristo derrama o Seu sangue da Aliança. Eles compartilham da remissão dos pecados trazida por Ele e da comunhão inquebrantável com Deus na Nova Aliança, que Ele tornou possível... À luz de todo o Evangelho, eles são as pessoas que aceitaram a pregação do Evangelho em fé e conversão. São eles, e *ninguém mais* (grifo meu), os que recebem a salvação do reino. Eles são “Israel”, “povo de Deus”, e é a eles que todas as promessas do pacto aplicam-se (Ridderbos, “*The Coming of the Kingdom*” [A Vinda do Reino], p. 202).

Portanto, com base em Jeremias 31:31-34 e sua descrição sobre a regeneração dos participantes da Nova Aliança, e à luz da definição dos requisitos de entrada para o reino de Cristo (João 3:5-6) e igreja (Mateus 16:16-18), eu não posso dizer que os filhos de crentes estão “dentro” da Nova Aliança, igreja ou reino ou “povo de Deus” até que eles mostrem, por confissão exterior, evidência de regeneração.

Tem sido objetado que, talvez, Jeremias 31:34 seja uma referência escatológica por causa da declarada falta de necessidade de que alguém ensine o seu próximo e irmão. Portanto, o argumento conclui que isso descreve a Igreja triunfante. Não precisamos ensinar uns aos outros na Nova Aliança? Claro! Mas no discurso a Israel, Deus está se referindo ao próximo e irmãos na Israel da Nova Aliança! Não há necessidade de evangelizar os participantes na Nova Aliança, porque todos conhecem o Senhor! É claro que ensinamos uns aos outros a observar tudo o que Cristo nos ordenou (Mateus 28:18-20). Mas não há necessidade de ensinar os da Nova Aliança a “conhecer o Senhor”, porque eles já O conhecem, tendo sido

ensinados pelo próprio Deus (João 6:44-45; 1 João 2:27; 1 Tessalonicenses 4:9). Por esta razão, o “menor até o maior”, daqueles na Nova Aliança, é maior do que João Batista, que foi regenerado no ventre (Mateus 11:11). Portanto, eu não estou disposto a admitir que o filho de um crente esteja automaticamente na Nova Aliança e seja, assim, maior do que João, o Batista, até que ele ou ela mostre evidências de regeneração por uma profissão de fé em Cristo. Mesmo que o nosso Deus soberano regenerasse os filhos de crentes no útero, eles não deveriam ser considerados “na” Nova Aliança até que eles mostrassem a evidência de regeneração por meio do arrependimento e da fé. Isto é a ordem e exemplo padrão do Novo Testamento, e precede o batismo Neotestamentário.

O Sacrifício da Nova Aliança

Dizer que todos os filhos físicos dos crentes estão “na” Nova Aliança, como os filhos de Abraão estavam “nos” Pactos Abraâmico e do Sinai viola a doutrina da redenção particular. Hebreus 9 nos lembra que a Aliança de Deus requer a mediação através do sangue. O Cordeiro Pascal trouxe libertação física para todo o Israel, porque todos comeram. A expiação anual (Levítico 16) era oferecida em nome de toda a assembleia, de todo o Israel. É claro que esses sacrifícios não poderiam purificar a consciência, mas seu propósito era para o povo da Aliança de Deus no Velho Testamento. Se o sacrifício de Cristo é oferecido apenas por Seu povo eleito como “o novo testamento no Meu sangue” (Lucas 22:20; Marcos 14:24), como podem os filhos não-regenerados dos crentes serem ditos estar “na” Nova Aliança, igreja, e reino, sem um mediador eficaz? Eles não podem. Na verdade, Hebreus 9:15 define Cristo como um Mediador eficaz da Nova Aliança para assegurar que “aqueles que são chamados recebam a promessa da herança eterna”. Alguém pode ser dito estar “na” Nova Aliança ou igreja sem um Mediador? Não sobre o fundamento do conceito de igreja no Novo Testamento. Embora todos concordem que os falsos professos foram referidos como membros da igreja pela qual o eficaz sangue de Cristo foi derramado, ainda assim, eles foram assim referidos com base em sua profissão, não com base na fé de seus pais. Mesmo assim, eles deveriam ser expulsos da igreja, se a sua profissão fosse provada ser falsa pelas suas vidas. Entretanto, houve alguma evidência exterior para designá-los como estando “na” igreja. Mas não há nenhuma base clara para dizer que filhos de crentes estão “na” igreja, a menos que também eles estejam dispostos a dizer que eles estão “na” “igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue” (Atos 20:28). Não, se uma criança é dita estar “na” administração do Novo Pacto de uma Aliança de graça e “na” igreja, sem a mediação eficaz, grave violência é feita à verdade bíblica de que “Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela” [Efésios 5:25]. Pode ser dito de uma criança não-regenerada que ela está “na” igreja através da mediação eficaz de Cristo e nunca receber a salvação? Absolutamente não. Portanto, violência é feita à doutrina da redenção particular.

A Aliança da graça requer o sangue de um Mediador eficaz. Cristo é a Circuncisão e o Isaque da aliança Abraâmica. Cristo é o Cordeiro Pascal e a expiação anual para a sua continuidade através do Sinai. E Cristo é o único Mediador do cumprimento da Nova Aliança como o sacrifício eficaz para todos aqueles considerados como estando “na” Nova Aliança, a igreja redimida de Cristo. Estas pessoas redimidas e apenas estas são os participantes da Nova Aliança.

A Semente de Abraão

Isso nos leva à próxima pergunta: exatamente quem são a “semente” da Aliança Abraâmica que devem receber a contrapartida Neotestamentária da circuncisão? Em Romanos 4, onde Abraão é chamado de “o pai de todos nós”, vemos que Deus cumpriu a Sua promessa a ele para se tornar o pai de muitas nações, definindo sua “semente”, como aqueles que são “da fé de Abraão” (v. 16). Sejam eles incircuncisos ou circuncidados, sua “semente” são aqueles que possuem “a justiça da fé quando estava na incircuncisão” (vv. 11-12). Não há menção aos descendentes físicos de crentes como incluídos no cumprimento Neotestamentário da aliança com Abraão; antes, é somente aqueles que realmente têm obtido “a justiça da fé” ao receber Jesus Cristo (cf. João 1:12-13).

Em Gálatas 3, Paulo indica claramente que a descendência física e circuncisão não têm nenhuma relação necessária para o cumprimento do Pacto de Abraão na Nova Aliança. As promessas da aliança com Abraão foram feitas a Abraão e à sua única “semente”, a saber, Cristo (3:16). Portanto, o cumprimento Neotestamentário da promessa de fazer Abraão o pai de muitas nações é através de Cristo, a sua “semente” e foi cumprida e todos os que têm fé nEle. A definição real de “semente” de Abraão é: “aqueles que são da fé” (vv. 7, 9). Se você pertence a Cristo, então você é “semente”, “herdeiros de Abraão, segundo a promessa” (v. 29). A única definição de “semente” de Abraão na Nova Aliança é Cristo e sua “semente” que têm experimentado a realidade da fé salvadora, ou seja, a promessa Abraâmica do Espírito (vv. 14, 29).

Quem é a “semente” de Cristo, a quem pertencem as promessas da Aliança com Abraão? São aqueles que pertencem a Cristo (Gálatas 3:29) e estes somente são revelados por sua fé. Os únicos que têm uma reivindicação à herança de Deus são os filhos de Deus pela regeneração do Espírito (Romanos 8:9, 14-17; João 1:12-14). Portanto, ninguém é considerado um herdeiro das promessas Abraâmicas até que pela fé ele dê evidência de ser uma “semente” de Abraão por meio de Cristo, que é o cumprimento literal da semente de Abraão. E nós “pertencemos a Cristo” somente através da fé que evidencia a regeneração (Gálatas 3:22, 29).

Além disso, se continuarmos a assumir que o batismo é a contrapartida da circuncisão, somos confrontados com o problema do versículo 27, onde todos (sem distinção entre crianças e adultos) que fomos batizados em Cristo somos revestidos de Cristo. É somente o preconceito que impede de definir isso em termos de batismo em água (veja Marston, *“Are You a Biblical Baptist?”* [Você é um Batista Bíblico?] pp. 21-22). Paulo está aludindo à sua experiência de união com Cristo, simbolizada por sua experiência confirmatória do batismo em águas. Ninguém diria que todos os participantes da circuncisão da Antiga Aliança experimentaram a realidade da fé salvadora. Nem alguém afirmaria que todos os que recebem o batismo de discípulos têm a fé salvadora. No entanto, o cumprimento Neotestamentário da promessa de Abraão é a uma “semente”, que consiste de todos os que são “da fé”, os quais recebem a promessa Abraâmica do Espírito, e que confessam a sua fé através do batismo como o sinal exterior.

A Aliança com Abraão foi introduzida pela circuncisão; a Nova Aliança é introduzida pela fé em Cristo. Na Nova Aliança, somente a “semente” Abraâmica da fé deve receber o sinal Neotestamentário do batismo.

Agora, você pode estar pensando: Será que isso realmente diz algo que verdadeiramente proíbe a administração do sinal pactual do batismo aos filhos da “semente” Neotestamentária de Abraão? Antes de responder a essa pergunta, primeiramente examinemos as Escrituras para determinar o significado da circuncisão em relação à Nova Aliança.

2

A Segunda Pérola

A Relação entre Circuncisão e Batismo

A circuncisão é a segunda pérola no cordão da “boa e necessária inferência”. Qual é exatamente a contrapartida da circuncisão na Nova Aliança? É o batismo em água? O que exatamente diz a Escritura sobre as implicações da circuncisão na Nova Aliança?

A Circuncisão Física e a Circuncisão do Coração

Em Romanos 2:28-29, encontramos que a circuncisão sempre intencionou representar a obra interior do Espírito no coração. De acordo com os princípios de interpretação tipológica, a circuncisão física é o tipo e a regeneração é o antítipo ou cumprimento. Esta foi a definição de um verdadeiro judeu, seja de ascendência judaica ou gentílica. O sinal exterior da circuncisão deveria simbolizar o que Deus desejava interiormente no coração. Porém, mais do que isso, a realidade do símbolo também tinha que estar presente para que uma pessoa fosse um verdadeiro judeu ou para receber todas as bênçãos da Aliança de Deus.

Esta mesma verdade é ensinada em Romanos 9:6-8, onde Paulo diz que “nem todos os que são de Israel são israelitas”. Esta é mais uma referência à ideia do remanescente fiel que começou na nação física dos descendentes de Abraão e chegou a ser concretizado nos membros da Nova Aliança ou igreja. Isto é explicado em Romanos 4:12, onde a “semente” prometida de Abraão não consiste daqueles que são da descendência física apenas, mas daqueles que são da fé de seu pai Abraão. Estes, e estes somente são o cumprimento da “semente” (Romanos 4:23). Aqueles que são da fé, judeus e gentios, são a “semente” de Abraão. Em todas estas Escrituras, os verdadeiros judeus, ou “semente” de Abraão em cumprimento da promessa de Deus a ele, são aqueles que têm a circuncisão do coração pelo Espírito, a qual é exibida pela fé em Cristo.

A Circuncisão do Coração e o Batismo

Qual é então a contrapartida da circuncisão na Nova Aliança? O texto mais citado para vincular a circuncisão e o batismo em água é Colossenses 2:9-12:

Porque nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade;¹⁰ e estais perfeitos nele, que é a cabeça de todo o principado e potestade;¹¹ no qual também estais circuncidados com a circuncisão não feita por mão no despojo do corpo dos pecados da carne, pela circuncisão de Cristo;¹² sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos.

Este texto, no entanto, tem sido mal interpretado por muitos pedobatistas pactualais.

Paulo ensina que todos os Cristãos têm recebido a circuncisão, a circuncisão de Cristo. O que é “a circuncisão de Cristo”? Isso pode ser interpretado como a morte de Cristo objetivamente ou a circuncisão do coração do crente por Cristo. De qualquer forma, Paulo está falando da maneira pela qual o crente tem sido “também circuncidado” através da morte e ressurreição de Cristo. Por causa da morte de Cristo, recebemos uma circuncisão melhor do que a dos judaizantes, “...no despojo do corpo dos pecados da carne [...] Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes *pela fé* [ênfases adicionadas] no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos” (Colossenses 2:11-12).

Aqui está um vínculo definitivo entre circuncisão e batismo. Os Cristãos têm sido circuncidados “também” por serem sepultados com Cristo no batismo. Mas Paulo está se referindo apenas à água real do batismo como o cumprimento direto da circuncisão? Citando Paulo: “De modo nenhum!”. Esta circuncisão realizada é “feita sem mãos”. Não há mão humana envolvida na sua administração, seja por faca ou pela água. Sua definição completa do cumprimento Cristão da circuncisão é “no despojo do corpo dos pecados da carne... Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes *pela fé* [ênfases adicionadas] no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos” (Colossenses 2:11-12).

Para resumir, a circuncisão do Cristão é aquela união com a morte e ressurreição de Cristo, simbolizado pelo batismo, o que é evidenciado pela fé exterior! Os versículos 13 e 14 também apoiam este ponto de vista, definindo os que receberam a “circuncisão”, como aqueles que realmente experimentaram o novo nascimento e a remissão dos pecados. Esta nova vida de fé é a circuncisão do coração na Nova Aliança, “a circuncisão de Cristo”, que cumpre o tipo da circuncisão na Antiga Aliança. Somente essas pessoas estavam “sepultadas com Cristo no batismo”, de acordo com esta passagem, porque seu coração havia sido circuncidado; e isso era exibido por sua fé. Seu batismo em água simbolizava o precedente batismo espiritual.

Alguns pedobatistas consideram a união com Cristo no batismo em Romanos 6:3-4 como referência secundária ao batismo em águas, considerando-o principalmente uma referên-

cia à regeneração. No entanto, contraditoriamente, eles usam o mesmo conceito de união com Cristo no batismo em Colossenses 2:11-12 como referência principal para a relação do batismo em águas para a circuncisão, em vez de sua clara intenção de relacionar a circuncisão à regeneração. Minha conclusão é que Paulo definiu a circuncisão dos Cristãos em Colossenses 2:9-12 principalmente como a união com Cristo pela fé, secundariamente simbolizado no seu batismo em água, como em Romanos 6:3-4.

Se a circuncisão é o sinal e selo da aliança Abraâmica, qual, então, é a sua contrapartida na Nova Aliança? Eu acredito que as Escrituras a definem como a circuncisão do coração pelo Espírito exibida em fé. É por isso que Paulo proibiu a circuncisão física. Eles haviam recebido a sua realidade no novo coração (Gálatas 3:3). Paulo diz aos Gálatas que eles não precisam da circuncisão para entrar na relação de aliança com Deus, porque já entraram naquela relação de aliança pela circuncisão de Cristo, um novo coração, pela união com a Sua morte e ressurreição. Portanto, como a circuncisão (a sombra ou tipo) era o sinal de entrada no Pacto de Abraão e o selo da fé salvadora de Abraão, assim a regeneração (a substância ou antítipo) é o sinal de entrada na Nova Aliança e o selo da fé do crente (Efésios 1:13-14; João 3:5-6).

O batismo então, é o cumprimento *indireto* da circuncisão física somente através de sua associação com o cumprimento *direto*, a circuncisão espiritual. É por isso que vemos somente batismo de confessores no registro do novo Testamento. Era fácil saber quem entrava no Pacto de Abraão; eles eram nascidos na casa e eram circuncidados exteriormente. Mas como se pode saber se alguém entrou na Nova Aliança e passou pela circuncisão espiritual? Somente pelo seu arrependimento e fé, simbolizados pelo sinal exterior da circuncisão e purificação realizadas, o batismo em águas. Atos 2:37-42 é a prova exegética clara que os únicos batizados foram aqueles que receberam a palavra de Pedro em arrependimento e fé em Cristo (Atos 2:38, 39, 41). Eles demonstraram exteriormente a circuncisão interior, e, em seguida, eram batizados. É assim que Cristo ordenou construir a Sua Igreja (Mateus 16:16-18; 28:19).

O batismo em água, então, é o sinal exterior da circuncisão interior do coração, em vez de ser a contrapartida exterior da circuncisão exterior, na carne. Assim como a “semente” de Abraão na Antiga Aliança entrava inicialmente na aliança pela circuncisão física e o confirmava pela circuncisão espiritual, a sua “semente” na Aliança Nova inicialmente entra no pacto pela circuncisão espiritual e a confirma através do batismo. Aos descendentes físicos da “semente” de Abraão na Nova Aliança não deve ser permitido o sinal do batismo até que eles demonstrem pela fé que eles também se tornaram a “semente” espiritual de Abraão. O livro de David Kingdon, “*Children of Abraham*” (Filhos de Abraão), é um estudo mais aprofundado desse conceito. A regeneração pelo Espírito, e não o batismo da “semen-

te” infantil de crentes é o cumprimento da promessa de dar uma multidão de nações a Abraão como seus descendentes. A fé vem primeiro como a evidência de regeneração, em seguida, vem o batismo, e não o contrário.

3

A Terceira Pérola

Textos Específicos de Prova

Tendo concluído, até agora, que a “semente” de Abraão na Nova Aliança consiste somente daqueles “da fé” e do Espírito, e que a circuncisão da Nova Aliança não é a de Abraão, mas a circuncisão de Cristo na regeneração, evidenciada pela fé e externamente simbolizada pelo batismo, permita-me agora lidar com a pérola de específicos textos de prova que têm sido utilizados para apoiar o batismo de filhos da Aliança.

Atos 2:39

“Porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe, a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar”. Este é um texto fundamental para o batismo infantil. Pedobatistas como Berkhof, Murray e Marston às vezes cortam o texto em “A promessa é para vós e para os vossos filhos...”, exclamando que esses judeus assumiram imediatamente que o sinal pactual do batismo era para seus filhos. No entanto, o texto também inclui “todos os que estão longe, a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar”. Duas coisas devem ser definidas neste texto: (1) qual é a “promessa”, e (2) quem deve recebê-la?

Primeiro, a palavra *epaggelia* (promessa) no v. 39 é usada no contexto para identificar a promessa do Espírito Santo, através da mediação de Cristo, evidenciada exteriormente através do arrependimento e fé (v. 38; veja também Lucas 24:49; Atos 1:4 e Atos 2:33). Se alguém aponta que estes eram judeus que pensariam de imediato sobre a promessa feita a Abraão e sua “semente”, ele estaria certo. Pois nós encontramos que a “promessa” a Abraão incluía o derramamento do Espírito em sua “semente”, judeus e gentios (Gálatas 3:14), dado apenas para aqueles que creem (Gálatas 3:22).

Indo mais longe, somos herdeiros de acordo com a “promessa” e descendência de Abraão se e somente se nós pertencemos a Cristo (Gálatas 3:14, 29). Romanos 4:16 afirma que a “promessa” a Abraão é assegurada a todos e cada um da “semente” de Abraão, judeus e

gentios, pela fé, para que seja segundo a graça e não segundo a carne. Romanos 9:6-8 declara que é somente os filhos da “promessa” (ou seja, regenerados pelo Espírito Santo), que são considerados como “semente” de Abraão e o verdadeiro Israel. E isto está no contexto da eleição soberana, que determina quem recebe a “promessa”, até mesmo dentro da família da aliança de Isaque.

Para resumir: a “promessa” feita a Abraão que ele se tornaria “o pai de muitas nações” se cumpre na Nova Aliança pelo seguro derramamento do Espírito prometido sobre a sua “semente” que vem a Deus através do arrependimento e fé na mediação perfeita de Jesus Cristo. Somente aqueles que recebem a “promessa” do Espírito através do arrependimento e fé em Cristo são verdadeiramente a “semente” de Abraão e “herdeiros”. Somente estes têm o direito ao sinal da Nova Aliança, que é o batismo.

Mais uma vez, a quem é oferecida a promessa do Espírito, por meio do arrependimento e da fé em Cristo em Atos 2:38? A todos aqueles mencionados no versículo 39, “a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe, a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar”. Mas essa é uma garantia indiscriminada que cada um daqueles mencionados certamente receberá a promessa? Não. Apenas “a quantos Deus nosso Senhor chamar”. Aqui está a condição para receber a promessa: o chamado eficaz de Deus.

A verdadeira questão é, a quem *hosous an* (a quantos) se refere? Será que *hosous an* (a quantos) refere-se apenas “os que estão longe” (geralmente entendidos como uma referência aos gentios), ou refere-se a toda a frase, incluindo “a vós, a vossos filhos”? De acordo com o léxico grego por Arndt e Gingrich, *hosous an* introduz uma cláusula relativa condicional que denota a ação do verbo como dependente de alguma circunstância ou condição. Ou seja, nomeadamente, a vontade soberana de Deus no chamado eficaz expressa no subjuntivo de *proskaleo* (pode chamar). *Hosous* é o plural masculino acusativo para o verbo *proskaleo*. E desde *teknois*, *humin* e *pasin* (filhos, vós e todos) são coletivamente oferecidos a promessa pela utilização da conjunção *kai* (e), nós podemos referir a esses três plurais dativos como o objeto indireto composto. Além disso, como *teknois* e *pasin* são masculinos, *hosous an* (a quantos) pode legitimamente modificar ambos. Portanto, a todas as três classes são oferecidas a promessa do Espírito através do arrependimento e fé. No entanto, em *hosous an*, a condição do recebimento por todos os três devem depender do soberano chamado eficaz de Deus. Não há maior promessa para os filhos daqueles a quem se dirigia do que aos pais judeus e gentios presentes. Nem todos aqueles endereçados receberam a promessa e foram batizados, mas apenas aqueles que “receberam” a palavra de Pedro em arrependimento e fé, pelo chamado eficaz de Deus, incluindo os filhos (2:41).

Uma objeção à minha linha de raciocínio é que não haveria necessidade de mencionar “e

a vossos filhos”, se eles devessem receber a mesma promessa como seus pais teriam sido incluídos no “vós”, que se dirige à multidão. Portanto, o argumento segue, a menção de “e a vossos filhos” é uma prova da continuação do conceito de família da Aliança e da aplicação do sinal do pacto sobre os filhos da mesma. No entanto, a simples menção de filhos como uma categoria separada indica que o apóstolo queria enfatizar que não houvesse mal-entendido, de forma que eles não recebessem o batismo, a menos que eles se arrependessem e cressem como o versículo 38 exige claramente. A segunda resposta a essa objeção é que todos aqueles que eram batizados participavam da Ceia do Senhor imediatamente depois (v. 42). Se os filhinhos fossem batizados com seus pais, eles também participariam do partir do pão? A objeção não se sustenta.

Outra objeção comum define que Atos 2:39 deve primeiro ser lido através dos olhos da aliança Abraâmica. Entretanto, é minha convicção de que a revelação mais completa da Nova Aliança deve definir como a aliança Abraâmica é cumprida, ao invés de deixar a aliança Abraâmica interpretar a revelação do cumprimento da Nova Aliança. É um princípio de interpretação que está em questão aqui. Nós ensinamos este princípio às nossas crianças, descrevendo a relação entre os Testamentos, com um pouco de rima:

O Novo está no Antigo velado.

O Antigo está no Novo revelado.

Atos 2:38-39 e 41 apoiam o princípio de que a revelação da Nova Aliança deve definir os participantes de seu cumprimento na Nova Aliança do Pacto de Abraão e não vice-versa. Apenas aquelas crianças no meio da multidão que receberam a palavra de Pedro foram batizadas. Não há outra possibilidade exegética no texto e contexto.

Independentemente da sua idade, apenas aqueles que receberam a palavra de Pedro e reivindicaram a promessa de Deus foram batizados. Não há nenhuma menção nesta passagem de bebês sendo batizados juntamente com seus pais. Na verdade, essa passagem depende explicitamente da recepção da promessa do Espírito sobre o soberano chamado eficaz de Deus, que é evidenciado pelo arrependimento e fé. Estes e somente estes foram batizados em comunhão da igreja.

Atos 2:39 define o cumprimento da “promessa” apenas naqueles que são eficazmente chamados por Deus, aqueles que recebem a Palavra em arrependimento e fé. Somente estes devem ser batizados.

Os Textos de “Batismos de Casas”

A questão do batismo de casas tem sido muito utilizada para apoiar o pedobatismo. Estes são os batismos das casas de Cornélio, de Lídia, do carcereiro de Filipos, Estéfanos e Crispo.

A Casa de Cornélio (Atos 10:22; 11:12, 14)

O relato de Pedro pregando o Evangelho à casa de Cornélio não apoia o batismo infantil. Pedro pregou o Evangelho a toda a casa, e “toda” a casa foi salva. Como sabemos disso? Atos 10:44 e 11:15 o testificam. O Espírito Santo desceu sobre “todos” eles e levou-os ao arrependimento e fé (11:17-18). Na verdade, Pedro explicitamente declarou em 10:47 que ele batizou somente aqueles que “também receberam como nós o Espírito Santo”. Esta extensão do Pentecostes para os gentios claramente definiu quem foi batizado. Não há nenhuma menção de infantes no domicílio, mas somente aqueles que “ouviam a palavra” (10:44). Bebês podem ser regenerados por Deus (por exemplo, João Batista), e alguns podem ter estado presentes. Mas eles não são capazes de ouvir o Evangelho e de “falar em línguas e magnificar a Deus” (Atos 10:46). Apenas as pessoas que fizeram isso receberam o batismo como um sinal da “promessa” Abraâmica do Espírito (Gálatas 3:14). Concluo que o episódio na casa de Cornélio não apenas não apoia o batismo infantil, mas também é um forte indicador para o batismo de discípulos/confessores.

Casa de Lídia (Atos 16:15)

O caso de Lídia é inconclusivo. Onde estava o marido de Lídia? Ela pode não ter se casado de modo algum. Apenas mulheres são mencionados na margem do rio. E parece que ela e sua família foram batizados no rio antes que ela levasse Paulo de volta para sua casa. Isso abre a possibilidade de que haviam apenas mulheres em sua casa (cada membro que esteve, provavelmente, na margem do rio com ela), e que ela era uma comerciante solteira ou viúva. Mesmo que isso não seja inteiramente exato, não há nenhuma menção de bebês ou crianças mais velhas em sua casa. Mesmo muitos pedobatistas tomam esta instância de batismo de casas como inconclusiva para a posição deles.

Casa do Carcereiro de Filipos (Atos 16:30-34)

O relato do carcereiro de Filipos é provavelmente a melhor possibilidade para a inclusão de infantes no batismo de casas. Toda a sua casa foi batizada, mas é errado aplicar a promessa do versículo 31 ao “batismo da Aliança” à família baseada na fé do carcereiro. Isto é claramente demonstrado nos versículos seguintes, onde está registrado que Paulo e Silas pregaram o Evangelho “a todos os que estavam em sua casa” (v. 32) e que “toda a sua casa” (v. 34) acreditou em Deus com ele.

Há um problema de tradução com este texto que precisa ser examinado. J. A. Alexander (Atos) concorda que o v. 31 é simplesmente uma promessa de salvação pela fé para o carcereiro e sua família sobre a crença por ambos. O versículo 34 é mais complicado. As traduções NVPA, NVI, VKJ, Williams, e Beck indicam que a fé que foi compartilhada por toda a sua família foi a base para a alegria deles “tendo crido em Deus... com toda a sua casa”. No entanto, o particípio é masculino, singular e parece descrever a fé do carcereiro: “ele se alegrou muito com toda a sua casa, tendo crido [isto é, o carcereiro] em Deus”. A ênfase parece ser que a família se alegrou com ele porque ele havia crido (RSV, NEB).

Mesmo que a última interpretação seja correta, ainda temos o problema da alegria dos infantes. É verdade que as crianças podem detectar e participar da alegria em uma casa. Mas infantes podem se alegrar porque eles percebem que o pai creu em Deus? Esta pode muito bem ser a base para a alegria de toda a família. No entanto, por causa do contexto de pregação da Palavra a todos na casa e porque todos foram conseqüentemente batizados, eu creio que a alegria deles era a mesma do regozijo do carcereiro, a evidência de uma fé recém-encontrada e redenção expressa na alegria da regeneração pelo Espírito Santo. Porque todos eles ouviram o Evangelho, foram batizados, e se alegraram, é uma conclusão legítima de que todos eles creram. Ele e “toda a sua casa” foram batizados porque todos creram. Infantes podem ouvir a Palavra e responder em fé? Não. Se crianças estavam presentes, sobre o que não há nenhuma prova, o contexto nega que elas foram batizadas. De fato, o contexto sugere que nenhum infante estava presente. Este caso de batismo de casa realmente dá apoio ao batismo de confessores.

Casa de Crispo (Atos 18:8)

Um caso relatado que apoia a mesma conclusão, refiro-me à família de Crispo. Aqui há um relato definitivo a respeito do batismo, no qual toda a família, juntamente com Crispo, creu no Senhor. Também deve ser notado que, no mesmo versículo, os outros Coríntios que foram batizados, primeiramente creram. Parece evidente que toda a família creu em primeiro lugar e, depois, foram batizados. Este caso também apoia positivamente o batismo de confessores dentro das famílias.

Casa de Estéfanos (1 Coríntios 1:16)

O último batismo de casas mencionado no Novo Testamento é o de Estéfanos, por Paulo. A ênfase deste texto é que os crentes batizados estavam em divisão e controvérsia sobre quem os batizara. Parece que eles eram capazes de saber quem os batizou, excluindo assim as crianças. Além disso, 1 Coríntios 16:15 descreve a “família de Estéfanos” como tendo se dedicado ao ministério aos santos. Os bebês não podem conscientemente dedicarem-se de tal maneira. No entanto, mesmo se isso não impede as crianças na família de

Estéfanas, o máximo que se pode dizer é que não sabemos se as crianças estavam presentes. Na melhor das hipóteses, esse relato não é conclusivo para o batismo infantil.

Em resumo, os relatos das casas de Lídia e Estéfanas não são conclusivos, enquanto que os relatos das casas de Cornélio, Crispo e do carcereiro de fato apontam para a crença consciente e regeneração antes do batismo. Portanto, concluo que o peso dos batismos de casas inclina-se para o batismo de confessores.

4

A Quarta Pérola

A Atitude de Jesus para com as Crianças

Um conjunto de textos de prova tem sido muitas vezes usado para indicar que Jesus ensinou a inclusão de filhos dos crentes na Aliança da Graça. Estas são as passagens que mostram Jesus com as crianças.

Mateus 18:1-10

O primeiro conjunto de passagens consiste de Mateus 18:1-10, Marcos 9:33-37 e Lucas 9:46-48. Em cada uma delas, Jesus pôs uma criança diante de Seus discípulos para ensinar-lhes uma lição. O problema contextual era a arrogância deles ao discutir qual era o maior discípulo. Em Mateus 18:2 vemos que *paidion* (menino) respondeu ao chamado de Jesus no verbo *proskalesamenos* (chamando a Si mesmo). Este é o mesmo verbo de Atos 2:39, que condiciona a recepção da promessa de Deus por meio do arrependimento e da fé pelo chamado eficaz de Deus. Isto significa que o menino não era um bebê, mas que foi capaz de responder ao chamado de Jesus.

Neste contexto, Jesus ensinou três coisas aos Seus discípulos. Primeiro de tudo, eles devem ser convertidos e tornarem-se “como meninos” para entrarem no reino dos céus. O uso da criança como uma ilustração de sua humildade necessária é claramente precedido pela necessidade de conversão para entrada no reino dos céus (18:2-5). Esse uso passivo de *strepho* (converter ou mudar) estabelece um requisito para entrar no reino dos céus que é semelhante ao novo nascimento em João 3. Suas reivindicações vãs de grandeza traíram seus corações orgulhosos.

Jesus definiu o que Ele quis dizer no versículo 3 pelo inferencial *oun* (portanto) do versículo 4. Eles devem ser convertidos e humilharem-se “como meninos” para entrarem e serem grandes no reino dos céus. Esta criança veio a Jesus em Seu chamado sem levar em conta qualquer coisa dentro de si mesmo; ele veio humildemente.

Em segundo lugar, Jesus ensinou aos discípulos que eles devem receber até mesmo crianças que vêm a eles, como recebendo a Ele mesmo. Eles devem honrar o menor entre eles como eles honrariam o próprio Cristo, em vez de pensarem de si mesmos como sendo os maiores (cf. Jeremias 31:33, 34; Mateus 11:11).

Em terceiro lugar, Jesus ensinou aos discípulos que escandalizar um “destes pequeninos que creem em Mim” era uma ofensa contra Deus e acarretaria a Sua ira. Estas passagens não têm nada a ver com os infantes no pacto porque este *paidion* (menino) respondeu ao chamado de Jesus, *proskaleo*, como um crente nEle. Esta humilde submissão da criança a Cristo como Senhor era o que Ele estava tentando ensinar aos Seus discípulos a respeito das atitudes e disposições que caracterizam o Seu reino. Não é nenhuma instância de algum apoio ao batismo infantil.

Mateus 19:13-15

Um segundo conjunto de passagens tem sido objeto de apelo mais frequentemente como um apoio aos privilégios no batismo de infantes na Aliança: Mateus 19:13-15; Marcos 10:13-16 e Lucas 18:15-17. Os discípulos repreendiam as pessoas por trazerem os meninos a Jesus. Em Lucas 18:16 lemos que Jesus chamou os meninos para Si (*proskalesamenos*), “chamando-os para si” (esta é a mesma palavra encontrada em Atos 2:39), assim como Ele fez nas anteriores passagens citadas. Em seguida, Ele ordenou os discípulos a não impedirem as crianças de virem até Ele.

Embora alguns apontaram que Lucas chama os meninos mencionados nesta passagem de *brephe* (infantes), ainda assim o pronome reflexivo *auta* (eles) define aqueles que foram impedidos de chegar a Jesus como os *brephe*, não os pais que os estavam trazendo. O contexto define esses “meninos” como capazes de responder ao chamado de Jesus. Além disso, deve-se salientar que Paulo lembrou a Timóteo que ele conhecia as Escrituras desde *brepheous* (um bebê), ou seja, desde a infância. Isso mostra que *brephe* pode ser usado para descrever uma criança que tem idade suficiente para aprender as Escrituras. Essa criança certamente teria idade suficiente para chegar a Jesus quando chamada por Ele.

A cena parece ser que os pais traziam os filhos para serem abençoados, e em seguida, Jesus chamou as crianças para chegarem-se a Ele. Os meninos que vieram a Ele foram tocados e abençoados. Mais uma vez, Jesus ensinou que se deve “receber” o reino de Deus como uma criança o recebe para entrar no reino. Não há promessa aqui para essas crianças, a menos que elas venham a Jesus e recebam o Seu reino também. Na verdade, se alguma passagem da Escritura ensinasse a falácia do pedobatismo deveria ser esta.

Nem Jesus nem os Seus discípulos batizaram estas crianças. Em vez disso, o Senhor as abençoou.

Em resumo, Jesus abençoou os filhos enquanto eles eram apresentados a Ele por seus pais. No entanto, nenhuma promessa de entrada no reino é feita para essas crianças, a menos que elas também venham a Jesus e recebam o Seu reino da mesma forma que adultos devem receber. O máximo que pode ser visto nestas passagens é que os infantes foram abençoados. Sem dúvida, não há nenhum apoio ao batismo infantil.

5

A Quinta Pérola

A Santificação dos Filhos dos crentes

“Mas aos outros digo eu, não o Senhor: se algum irmão tem mulher descrente, e ela consente em habitar com ele, não a deixe. E se alguma mulher tem marido descrente, e ele consente em habitar com ela, não o deixe. Porque o marido descrente é santificado pela mulher; e a mulher descrente é santificada pelo marido; de outra sorte os vossos filhos seriam imundos; mas agora são santos. Mas, se o descrente se apartar, aparte-se; porque neste caso o irmão, ou irmã, não está sujeito à servidão; mas Deus chamou-nos para a paz. Porque, de onde sabes, ó mulher, se salvarás teu marido? ou, de onde sabes, ó marido, se salvarás tua mulher?” (1 Coríntios 7:12-16).

1 Coríntios 7:12-16 é uma passagem frequentemente utilizada para ilustrar a situação especial dos filhos de crentes “na” Igreja e Aliança da graça, e para defender o direito deles ao batismo, pela linhagem física. No entanto, há pelo menos mais duas explicações credíveis que permitem que as crianças sejam chamadas “santas”, e ainda impedir o direito ao batismo até que o arrependimento e fé sejam evidenciados.

Em primeiro lugar, o contexto dessa passagem em particular relaciona-se a um Cristão que é casado com incrédulo. Todo o contexto refere-se a Cristãos permanecendo na condição em que estão, quando eles são salvos (7:17-40). Eles deveriam permanecer casados ou o Cristão deveria deixar o incrédulo? Paulo declara que eles devem permanecer casados porque Deus santifica o descrente. Toda a Escritura estabelece claramente que a única maneira pela qual alguém é salvo e, assim, “santificado” em sentido salvífico é pela fé pessoal e salvífica em Cristo. Nesta passagem, no entanto, Paulo está usando o termo “santificado”, no sentido de receber o reconhecimento Divino de um casamento legítimo. Este é o ponto principal!

Um ponto adicional de Paulo é que os filhos não são *akatharta* (impuro), mas *hagia* (santo) à luz da santificação do cônjuge incrédulo por sua relação com o crente. Muitos viram isso como uma referência para a posição especial dos filhos de crentes em relação a Deus. No

entanto, o contexto e uso de *akatharta* (imundo) deve ajudar a definir o sentido de *hagia* (santo) aqui. O pensamento principal diz respeito ao reconhecimento do casamento por Deus. Se o casamento não fosse aceito por Deus, então seria ilegítimo e impuro, e assim seriam os filhos.

O único outro uso de *akatharta* no Novo Testamento, em referência a uma pessoa está em Atos 10:28. Ali Pedro disse a Cornélio, quando este ainda não era um crente em Cristo, que Deus o havia instruído a não considerar nenhum homem como *akatharta*. Embora Cornélio fosse temente a Deus, e pudesse ser chamado de “santo” por causa dos pais (Romanos 11:16), ainda assim ele não era “santo” em virtude de estar “dentro” da Nova Aliança, tendo, assim, o direito ao batismo. Aqui está um exemplo onde uma pessoa que não foi considerada impura e, possivelmente, “santa” por causa dos pais, contudo, ainda assim não estava “dentro” do Pacto da Graça.

Portanto, tanto o contexto quanto estudo da palavra sugerem que *hagia* (santo) referem-se à legitimidade ou sanção do casamento e dos filhos, em vez de, necessariamente, às promessas da aliança de salvação e santificação. Além disso, qual é a idade dos filhos deste casamento legitimado? Eles são crianças, adolescentes ou adultos? Se isso abre o caminho para o batismo pactual, todos os filhos que ainda vivem em casa devem ser considerados *hagia* (santos) e batizados em relação pactual, mesmo que sejam adolescentes ou adultos? Certamente não, de acordo com o restante das Escrituras sobre o batismo de confessores. Quaisquer tentativas arbitrárias para definir as idades de responsabilidade, a fim de limitar o batismo de criancinhas nesta casa também encontram problemas. Ismael foi circuncidado aos treze anos, e Israelitas até quarenta anos de idade foram circuncidados por Josué (Josué 5). Nenhuma dessas situações exigiram uma boa confissão antes da circuncisão. Se 1 Coríntios 7:14 prescreve o batismo de filhos “santos” simplesmente por causa de sua descendência física, então até mesmo os filhos adultos devem ser incluídos. Diante dessas dificuldades, é melhor entender esta passagem como falando sobre a legitimidade dos filhos diante de Deus.

Em segundo lugar, existe uma alternativa para a posição de legitimidade que ainda não inclui qualquer dos cônjuges ou criança “na” da Nova Aliança.

A verdadeira questão aqui é como pode um cônjuge incrédulo ser “santificado”, e como pode o filho de um Cristão ser chamado de “santo” sob a administração da Nova Aliança da graça? Se o significado básico de ambas as palavras é “separado” para Deus, então, mais perguntas surgem a respeito de como cada uma das partes é “separada” para Deus e em que relação cada um está na Nova Aliança.

A maioria concorda que o cônjuge descrente não está na Nova Aliança até a regeneração (Atos 26:18). No entanto, Kline (Por Juramento Consignado, pp. 94-102) tem que ser um pouco arbitrário, a fim de explicar como a autoridade pactual conjugal do marido crente mudou a partir da inclusão de sua esposa na Antiga Aliança, enquanto ela não é incluída na Nova Aliança. No entanto, ele afirma que a autoridade parental e pactual do marido crente ainda é válida na Nova Aliança como base para que seus filhos estejam “dentro” da Aliança e recebam o batismo. Tal lógica intrincada é demasiado arbitrária para ser convincente. Em vez disso, parece que pela união com o crente, Deus reconhece o casamento como sagrado e promete aceitar o marido ou a esposa do incrédulo “separando” aquele casamento para cumprir Seus propósitos.

No caso dos filhos neste casamento misto, a maneira em que são “separados” é mais difícil de determinar. Dois textos frequentemente utilizados para apoiar a participação das crianças no cumprimento, na Nova Aliança, da aliança Abraâmica são: Romanos 11 e Efésios. 6:1-4. Eles merecem nossa consideração.

Primeiro, Paulo declara em Romanos 11:16 que seus parentes na carne, os ramos atualmente cortados da participação na oliveira da Nova Aliança, são ainda “santos” porque sua raiz é “santa”. No entanto, esses “amados por causa dos pais” (v. 28) serão enxertados novamente, se não permanecerem na incredulidade (v. 23). Aqui é o caso dos descendentes físicos de Abraão e das promessas da Aliança (9:1-5) que embora “santos”, contudo não estão “na” Nova Aliança e Reino até que eles creiam. Aqui está um uso de “santo” aplicado à “semente” física aos que estão fora da Nova Aliança por causa da incredulidade deles. Isso apoia a visão de que os filhos de 1 Coríntios 7:14 podem ser considerados “santos” por causa de seus pais e sua herança nas bênçãos do Evangelho e ainda não estarem “dentro” da Nova Aliança até que eles creiam. Portanto, eles podem ser considerados “santos”, como é a “semente” física de Abraão (Romanos 11:16), no entanto, serem impedidos quanto ao sinal da Aliança até que eles professem arrependimento e fé.

Em segundo lugar, se estritamente dito (como muitos pedobatistas dizem) que os filhos de Efésios 6:1-4 foram abordados e aceitos como santos (1:1), também devemos dizer rigorosamente que eles haviam crido e foram selados com o Espírito Santo da promessa (1:13). Dificilmente este é um argumento sobre a inclusão de crianças na igreja, sem que também seja afirmado a regeneração e a conversão. O fato de que os filhos poderiam entender a exortação de Paulo, foram chamados de santos, e foram selados pelo Espírito, torna perfeitamente plausível que ele estava falando com filhos professos que eram membros reais da Igreja da Nova Aliança.

No entanto, também é possível que Paulo estivesse se dirigindo aos filhos na reunião da

congregação que estava assentada sob a pregação da Palavra de Deus, embora eles ainda não estivessem pessoalmente “na” Igreja da Nova Aliança. Obediência ao quinto mandamento é exigida de todos os filhos, crentes e não crentes, semelhantemente. Não é incomum que os pastores tratem as igrejas como os “santos” mesmo quando há uma criança na assembleia que não faz parte da igreja, e que possui pais descrentes. A exortação de Paulo é inaplicável a eles? Claro que não. Apelar para Efésios 6:1-4 como o ensino que as crianças não crentes são membros da Nova Aliança e da igreja é “agarrar-se em palhas”³.

Se vamos fazer dos filhos em Efésios 6 membros da igreja, há melhor prova de que eles são considerados crentes e, por isso, foram batizados (Efésios 1:13; 4:4-6.). O apelo inadequado para Efésios apoia apenas ainda mais a possibilidade de que os filhos a que se refere podem ser considerados “separados” como privilegiados por sua herança e exposição evangélicas, ainda assim, não estando realmente “na” Igreja da Nova Aliança, nem possuindo direito ao batismo.

A minha conclusão é que 1 Coríntios 7:14 está se referindo tanto à legitimidade dos filhos aos olhos de Deus, ou, no máximo, à sua “separada” posição por uma questão de herança evangélica dos pais, e não à sua participação na Aliança. E como podemos conceder dois significados distintos para a santificação dos filhos, por um lado, e não para o pai incrédulo, por outro lado, se não o fizermos de forma arbitrária? É impossível fazer o mesmo, exceto por um tratamento danoso ao texto. Este versículo não faz nenhuma menção do batismo pactual de infantes, mesmo que essa tivesse sido uma oportunidade perfeita para Paulo explicar esta prática àqueles gentios Coríntios. O uso deste texto para apoiar o batismo infantil é completamente injustificado.

Depois de examinar a importante pérola dos textos de prova para o batismo infantil, eu prossigo com mais dúvidas do que provas. O que eu encontro com consciência honesta e transparente é que esses textos usados para tentar provar o pedobatismo apoiam o batismo dos crentes muito mais do que o batismo infantil.

[3] Esta expressão no original “*grasp at straws*” denota “tentar usar qualquer método, mesmo aqueles que não são susceptíveis de ter sucesso, pelo fato de que você está em uma situação muito ruim.

6

A Sexta Pérola

A Disjunção do Batismo de João e Jesus e o Batismo Cristão

Muitas vezes existe uma tentativa de diferenciar a intenção e sujeitos dos batismos de João e de Jesus e a intenção e assuntos do Batismo Cristão. Esta é uma diferenciação anti-bíblica e errônea.

É geralmente admitido pelos Batistas e Pedobatistas que, semelhantemente, João batizou somente sob a condição de arrependimento (Mateus 3:6; Marcos 1:4) para remissão dos pecados. Atos 19:4 também revela que João encaminhou os homens a Jesus. Também está claro que os discípulos de Jesus somente batizaram aqueles que anteriormente haviam se tornado discípulos (João 4:1). Não há nenhuma menção, nem evidências para o batismo infantil dos filhos daqueles que eram feitos discípulos, nem nos batismos de João ou de Jesus. Qual, então, é a relação entre o batismo de João e de Jesus, e o batismo Cristão? E o que esta relação tem a nos dizer sobre o pedobatismo?

Uma questão que trata deste aspecto é esta: quem batizou os discípulos de Jesus no batismo Cristão? Não poderia ter sido Jesus (João 4:1-2). João batizou no mínimo André e outro discípulo (João 1:35, 40), ainda assim, não há registro de rebatismo deles por Jesus ou por outras pessoas no dia de Pentecostes. Apolo é outro caso de um dos discípulos de João dos quais não há registro de rebatismo no batismo Cristão (Atos 18:24-28). De fato, no dia de Pentecostes, somente aqueles que conversavam com Pedro e que receberam a sua palavra foram batizados (Atos 2:37-42). Parece que os discípulos de Cristo e os 120 no cenáculo não foram rebatizados no batismo Cristão, pois teria sido repetitivo para esses crentes perguntar: "Irmãos, o que faremos?" Na verdade, estes 120 podem ter ajudado a batizar os 3.000 recém-convertidos.

O único caso possível para rebatismo no Novo Testamento está em Atos 19:1-7 (e Calvino discorda). Parece que estes discípulos batizados no batismo de João não receberam toda a mensagem de João sobre Jesus e o Espírito Santo quando foram batizados. Talvez a receberam posteriormente. Por isso, eles foram rebatizados em Cristo por Paulo. Calvino diz que esse rebatismo não foi necessariamente por água, mas pelo batismo de Cristo com

o Espírito Santo. Ele aponta para a ação de Paulo de imposição de mãos e para o fato de nenhuma menção de água ter sido feita, para sustentar sua posição. Há muita discordância sobre este texto. Mas se dissermos que o batismo de João não era suficiente para o batismo Cristão, ainda temos os problemas apresentados pelo batismo de Apolo, que foi aparentemente aceito por Áquila e Priscila em Éfeso, e pelo batismo dos fiéis antes do Pentecostes.

Não parece haver uma linha de demarcação entre o batismo de João, de Jesus, e o Cristão. Isto é ainda atestado pela verdade de Marcos 1:1, que define o início do Evangelho de Jesus Cristo com a vinda de João no versículo 2, portanto, os sujeitos dos batismos evangélicos de João e de Jesus devem ser aplicados também ao batismo Cristão; ou seja, os sujeitos são limitados exclusivamente aos discípulos ou profetas. Jesus afirmou isso na Grande Comissão, quando Ele deu a ordem de fazer discípulos de todas as nações, batizando e ensinando-“os” (Mateus 28:19). “Os” refere-se apenas àqueles que se tornam discípulos. Cada uso da palavra “discípulo” no Novo Testamento refere-se ao seguir consciente e intencional de um profeta. Quando Cristo comissionou Seus seguidores para batizar discípulos, Ele estava estabelecendo ainda mais a prática do batismo dos crentes.

Pode-se acrescentar que Jesus definiu claramente a base para a construção de Sua Igreja em Mateus 16:16-19, 24-26 por meio do evento da confissão de Pedro. Este também é um grande apoio para os sujeitos do batismo intencionados na Sua igreja na Grande Comissão. Se chamamos o batismo de uma instituição de Cristo para sinal exterior de admissão em Sua igreja confessional, não deveríamos também confiar em Seus preceitos instituídos sobre os sujeitos do batismo em vez de recorrer a uma dependência mui questionável da “boa e necessária inferência”? É minha crença de que as instruções Instituídas por Cristo para fundar Sua Igreja devem interpretar a aplicação do Pacto de Abraão ao batismo e não vice-versa, por meio de inferência.

Alguns tentaram negar que Jesus definiu o batismo de confessores apenas neste texto, afirmando que Suas palavras referem-se exclusivamente à instituição inicial do batismo. Portanto, se o raciocínio procede, nós deveríamos esperar um Cristo de ânimo missionário dando instruções para o batismo de confessores, naturalmente admitindo o batismo de suas crianças a seguir. No entanto, permanece o fato de que Cristo instituiu o batismo e o praticou (através de Seus discípulos) muito antes da Grande Comissão (João 4:1). Em seu batismo anterior, claramente foram batizados por Seus discípulos apenas aqueles que eram feitos discípulos, excluindo suas criancinhas. Se vamos supor que a Grande Comissão é a instituição oficial do batismo cristão, então o batismo de Cristo não era Cristão? E por que Ele não adicionou “batizando-os e aos seus filhos”? A prática e comando do batismo de Jesus, juntamente com João, nomeia os crentes, somente, como os sujeitos do batismo. Eu, por exemplo, não estou preparado para contradizer o ensino ou o exemplo de Cristo.

Concluo, então, que os batismos de João, de Jesus e o batismo Cristão não devem ser separados artificialmente, como tem sido feito muitas vezes. Não há nenhuma boa evidência dessa pérola nas Escrituras e, portanto, nenhuma evidência de que os sujeitos do batismo depois do Pentecostes fossem diferentes dos sujeitos anteriores. Em ambos os casos eles eram discípulos que creram.

7

A Sétima Pérola

O Argumento do Silêncio

Um dos argumentos mais utilizados para apoiar a prática do pedobatismo é o silêncio a seu respeito que aparece no Novo Testamento. A principal linha de raciocínio é assim: Era tão óbvio que uma parte do pacto de graça era administrar o sinal da aliança às crianças da Aliança no Antigo Testamento que não havia nenhuma razão para mencioná-lo ou defendê-lo no Novo Testamento. Assim, supostamente, o caso é comprovado. No entanto, este princípio de hermenêutica que atrai “boas e necessárias inferências” a partir do silêncio pode ser bastante subjetivo e pode levar a erros mui rapidamente. É, evidentemente, um princípio legítimo se não houver nenhum preceito claro para contradizer a sua inferência. No entanto, o princípio regulador do culto reformado requer instituição positiva para os sacramentos (veja a Confissão de Westminster, capítulo 20, seção 5).

É minha disputa que este argumento para o pedobatismo não permanece quando analisado à luz de dois grandes princípios de hermenêutica: 1) o peso do preceito regulador e instituído, e 2), ironicamente, o próprio argumento do silêncio quando corretamente utilizado.

O Preceito Regulador

Consideremos o peso do preceito regulador. Se estivéssemos buscando por preceitos do Novo Testamento para o pedobatismo nossa pesquisa se provaria inútil. Como o grande teólogo Presbiteriano B. B. Warfield disse: “É verdade que não há nenhuma ordem expressa para batizar crianças no Novo Testamento, não há registro expresso de batismo de crianças, e nenhuma passagem tão rigorosamente implicando que devemos inferir a partir deles que crianças foram batizadas” (“*Studies in Theology*” [Estudos em Teologia], p. 399). Os reais preceitos relativos ao batismo só podem ser aplicados aos discípulos porque o arrependimento e a fé são necessários para o batismo na Nova Aliança. Muitos pedobatistas admitem isso. No entanto, o argumento pedobatista vai além ao concluir que uma vez que estes preceitos estão no contexto de uma igreja missionária, é lógico que haveria apenas chamadas para o arrependimento e a fé antes do batismo. Por isso, dizem eles, os

preceitos de arrependimento e fé não se aplicam aos filhos dos crentes em uma igreja estabelecida. Para o pedobatista, seria necessário um preceito expresso que proibisse especificamente as crianças de receberem o sinal pactual do batismo, por causa do preceito anterior de Abraão. No entanto, esses mesmos pedobatistas (a saber, Berkhof e Murray) citam o comando para examinar a si mesmo como preceito suficiente, junto com o argumento do silêncio a respeito da comunhão pactual, para negar que as crianças não-regeneradas, que na aliança Abraâmica comeram a Páscoa no Antigo Testamento, comam a Ceia do Senhor, que é o cumprimento da Páscoa no Novo Testamento.

Esta inconsistência em empregar esse preceito proibitivo é exposta à luz de Atos 2:41-42, onde todos os batizados eram autorizados participar no partir do pão, a Ceia do Senhor. Se o batismo infantil for admitido em Atos 2, então assim também deve ser admitida a comunhão de infantes e bebezinhos. Foram muitos anos depois, quando os preceitos do autoexame por causa da participação irreverente foram dados. Assim, na posição pedobatista, há confusão sobre o fundamento para participação na Ceia do Senhor — é o batismo ou o autoexame? E como os anciãos sabem a quem a Ceia do Senhor deve ser servida se o fundamento principal é o autoexame? À luz dessas considerações, o preceito do autoexame antes de participar da Ceia do Senhor (que é de fato legítimo) não se compara em força com os preceitos do arrependimento e da fé antes do batismo. Há uma grande incoerência aqui e grande perigo em ser arbitrariamente seletivo na aplicação destes princípios hermenêuticos.

Parece que há preceito muito mais conclusivo para excluir os filhinhos dos crentes do Batismo do que da Ceia do Senhor. Os preceitos do batismo de confessores proíbem expressamente as crianças do sinal do pacto pela sua delimitação positiva de sujeitos confessores (Mateus 28:18-20). Deixar o silêncio a respeito do batismo infantil subjugar os preceitos claros sobre o batismo de confessores é um método hermenêutico perigoso e uma clara violação do princípio regulador do culto.

O Argumento do Silêncio

Na verdade, se o argumento do silêncio for aplicado de forma consistente, há um apoio maior para o batismo de discípulos. O concílio de Jerusalém em Atos 15 foi chamado para lidar com os judaizantes, que requeriam a circuncisão para os novos Cristãos. A resposta do conselho relativo à circuncisão foi que somos salvos pela graça, sem circuncisão (15:11), e que é bom abster-se “das contaminações dos ídolos, da fornicação, do que é sufocado e do sangue” (v. 20). Se o batismo for a contrapartida direta da circuncisão, por que o conselho simplesmente não disse: “Vocês e seus filhos foram circuncidados no batismo de Cristo, e portanto, não precisam da circuncisão”? Aqui o argumento do silêncio fala contra

o batismo como a contrapartida direta da circuncisão e em favor da salvação pela graça ou regeneração como contrapartida direta e ab-rogação (15:11).

Além disso, Paulo escreveu a carta inteira aos Gálatas para lidar com os judaizantes, que estavam exigindo que a igreja da Galácia fosse circuncidada (Gálatas 5:2-3). Por que Paulo não simplesmente disse: “Depois de crer, vocês e seus filhos foram batizados; assim, vocês já receberam a contrapartida da Nova Aliança da circuncisão e não precisam mais disso?”. Aqui, novamente o argumento do silêncio fala contra o batismo como a contrapartida direta da circuncisão e fala a favor do recebimento do Espírito pela pregação da fé como sua contrapartida e fundamento para a revogação (Gálatas 3:2-3).

Uma objeção a esse argumento é que Paulo não alude ao batismo como a razão para não receber a circuncisão porque isso colocaria o batismo na classe de salvação pelas obras, como os judaizantes alegavam ser o caso da circuncisão. Eu não concordo. Paulo poderia facilmente ter explicado que nem a circuncisão nem o batismo contribuem para a salvação de qualquer forma, mas o batismo em água é o cumprimento da circuncisão, e esta não é mais aplicável na administração da Nova Aliança. Mas Paulo não fez isso. Depois de afirmar claramente que a circuncisão não tem relação com a salvação, ele explicou que a regeneração é a resposta para os judaizantes para a entrada à verdadeira circuncisão, o Israel de Deus (Gálatas 6:15-16; Filipenses 3:3). Todo o ensinamento de Gálatas é que não são os filhos da carne e circuncisão, mas os filhos da fé e regeneração que são o Israel de Deus e os verdadeiros filhos de Abraão (Gálatas 3:14, 29; 6:14-16). Assim, o argumento do silêncio no concílio de Jerusalém e em Paulo não favorece uma identidade direta da circuncisão na Nova Aliança com o batismo e, portanto, também não implica de modo nenhum no batismo infantil.

Alguns tentaram legitimar o argumento do silêncio para o batismo infantil, alegando um silêncio do Novo Testamento a respeito, por exemplo, do Sabath Cristão e da admissão de mulheres à Ceia do Senhor. No entanto, o quarto mandamento foi ensinado por Jesus no Novo Testamento (Mateus 12, Marcos 2), e há referências explícitas ao Dia do Senhor como sendo observado pelos Cristãos no primeiro dia da semana (Atos 20:7; Apocalipse 1:10). Há também mais princípios correlacionando os Dez Mandamentos à prática Cristã (Romanos 2:14-15, 7:7, 8:4; Jeremias 31:31-34). Além disso, quanto à admissão de mulheres à Mesa do Senhor, Paulo se dirige claramente a homens e mulheres na primeira parte de 1 Coríntios 11. Quando ele passa a discutir a responsabilidade de tomar a Ceia do Senhor corretamente, ele ainda está escrevendo, tanto para homens quanto para mulheres. Não há tais evidências bíblicas para o batismo infantil. Nestes dois casos, o argumento do silêncio não é tão silencioso quanto no caso do batismo infantil.

O argumento do silêncio é certamente um princípio hermenêutico legítimo, contudo a instrução clara sobrepõe supostas inferências lógicas. Pessoas como John Murray nunca seguiriam tal hermenêutica sobre outros assuntos. A minha conclusão é que a “pérola” do silêncio não é boa o suficiente para o cordão.

8

A Oitava Pérola

O Argumento das Bênçãos Ampliadas

Uma das grandes pérolas que brilha tão resplandecente quanto as demais encontra-se em perguntas retóricas, tais como: Se às crianças da Antiga Aliança fora concedido o sinal do pacto, nesta época de bênçãos ampliadas e cumprimento, da Nova Aliança, devemos proibir o sinal do pacto aos filhos dos crentes? Será que os nossos filhos da Nova Aliança são menos abençoados e privilegiados do que as crianças da Antiga Aliança? Tais questões são certamente legítimas e estão no centro da questão do pedobatismo.

O poder principal de tais questões como um argumento decorre do fato de que nenhum Cristão quer proibir preciosos bebês das bênçãos de Deus ou limitar a bondade de Deus na concessão de favor às crianças. Estes pensamentos atraem nosso coração e nos constroem a dizer “sim” ao sinal da Aliança em nossos filhos. No entanto, a Palavra de Deus, e não nosso bem-intencionado sentimentalismo, deve determinar as respostas a tais perguntas como aquelas do parágrafo acima.

Se Deus assim deseja conceder a filhos físicos o sinal do pacto na sombra da Antiga Aliança e proibir o sinal do pacto aos filhos físicos no cumprimento da Nova Aliança, Ele tem o soberano direito de fazê-lo. Isso também não implica necessariamente que os nossos filhos da Nova Aliança são menos favorecidos ou menos bem-aventurados ao serem proibidos do sinal da Nova Aliança. Eu retoricamente respondo: São os nossos filhos menos abençoados e privilegiados por terem nascido de pais piedosos que manifestam a plenitude do Espírito, a qual não foi totalmente derramada no Pacto de Abraão? As nossas crianças são menos abençoadas em terem Cristo e este crucificado proclamado a elas desde a infância, em comparação com os tipos e sombras anunciados aos seus homólogos, no Velho Testamento? As nossas crianças são menos favorecidas por terem nascido no Israel do Espírito, em comparação com as crianças criadas no Israel da carne? Acho que não.

Nossos filhos, acima de todos os outros do Israel da Antiga Aliança e do mundo presente, têm privilégios sem medida. Eles estão sendo criados em lares e igrejas, que estabelecem

o Senhor crucificado e ressuscitado em glória diante deles como o seu pão de cada dia. O nosso gracioso Deus os escolheu acima das multidões que perecem nas trevas sem o Evangelho, para ouvirem a mesma promessa que Ele soberanamente usou para trazer-nos para o reino eterno:

“E disse-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados; e recebereis o dom do Espírito Santo; porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe, a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar” (Atos 2:38-39).

Deuteronômio 30:6 é uma passagem interessante à luz de Atos 2:38 em diante, é a promessa de Deus de circuncidar os corações dos Israelitas e sua descendência depois que Ele trazer do exílio profetizado. Ele parece estar se referindo à mesma promessa em Jeremias 31:31-34 e Ezequiel 36:25 em diante. Se considerarmos esta passagem como tendo sido cumprida na administração da graça da Nova Aliança, nós compreendemos corretamente que Atos 2:38, 39, 41 diz isso:

A promessa da circuncisão do coração é para vocês e seus filhos, a todos quantos o Senhor nosso Deus chamar para Si mesmo, como no mesmo caso, com os gentios. Deus circuncidará os corações de filhos de acordo com Seu soberano chamado e eles podem receber o sinal da Nova Aliança da circuncisão do coração, com base em seu arrependimento e fé quando manifestos (v. 41).

Parece possível que Deus prometa chamar Seus eleitos dentre os filhos dos crentes, bem como dentre os gentios, mas não podemos dizer que eles estão na Nova Aliança com o coração circuncidado e devem receber o seu sinal exterior até que eles se arrependam e creiam. Este conceito de eleição da “descendência” dos crentes é semelhante ao de Hoeksema (“*Believers and Their Seed*” [Crentes e sua Descendência]). No entanto, os preceitos do batismo e da aplicação do sinal da Nova Aliança, como ilustrados em Atos 2:38, 39, 41 nos impedem de aplicar o sinal da circuncisão do coração até que nossos filhos mostrem evidências de terem entrado na Nova Aliança (Jeremias 31:31-34).

Nossos filhos têm sido abençoados com o ouvir e memorizar da Palavra escrita de Deus, desde o berço. Eles têm sido abençoados com as orações e lágrimas de pais cheios do Espírito implorando pela regeneração e conversão de suas almas. Eles têm sido abençoados com as substâncias da Nova Aliança, em relação às sombras da Antiga Aliança, para atraí-los para Cristo. Podemos dizer que eles são menos favorecidos ao crescerem sob a sementeira da plena revelação do soberano plano de Deus? Não! Eles não podem ser considerados menos privilegiados, pois Deus soberanamente escolheu anunciar o Evan-

gelho da soberana graça para eles, enquanto muitos de nossa raça caída perecem a cada dia na ignorância e em trevas. Além disso, temos a promessa de Deus para implorar diante de Cristo, nosso Advogado pessoal, pelos nossos filhos:

“Assim será a minha palavra, que sair da minha boca; ela não voltará para mim vazia, antes fará o que me apraz, e prosperará naquilo para que a envie!” (Isaías 55:11).

Pleiteemos a bondade de Deus para com Seu povo e clamemos ao Seu Espírito para semear a Palavra de vida nos corações de nossos filhos até que eles carreguem o fruto de uma regeneração em Cristo Jesus.

Nós, Cristãos, temos todos os motivos para dizer que os nossos filhos têm suas bênçãos ampliadas na Nova Aliança, mesmo que, na boa vontade de Deus, não devam receber o sinal exterior até que eles tenham uma profissão de fé. Não apelemos para a pérola brilhante das perguntas retóricas e sentimentais para anular a vontade revelada e preciosa de Deus na aplicação da Nova Aliança da soberana graça. Em vez disso, proclamemos o Evangelho da graça para os nossos filhos, implorando que Deus tenha misericórdia deles.

9

A Nona Pérola

O Testemunho da Tradição

A tradição é a última e menor pérola que está enfiada no cordão pedobatista. No entanto, muitas vezes em polêmicas pedobatistas, ela é tratada como se fosse a maior. Mas se a Escritura é a nossa única regra de fé e prática, então o papel da tradição deve ser apenas o de esclarecer e confirmar o que a Escritura claramente estabelece. Duas áreas atraentes da tradição são o batismo de prosélitos judeus e prática da igreja primitiva de acordo com os pais apostólicos. Em ambas as tradições, T. E. Watson apresentou o resumo mais incisivo.

Primeiro de tudo, Edersheim (*“Life and Times of Jesus the Messiah”* [Vida e Tempos de Jesus, o Messias], vol. 2, p. 746) e Berkhof (Teologia Sistemática, p. 622), ambos admitem que prosélitos judeus e seus filhos de até doze anos de idade eram batizados no Judaísmo. No entanto, as crianças ainda não nascidas, no ventre da mãe batizada não eram batizadas após o nascimento, como se elas já fossem consideradas limpas e uma parte de Israel. Se apelarmos para qualquer parte da prática do Judaísmo, temos de lidar com a idade tardia de crianças da família que recebem o batismo, bem como a proibição de batismo para os fetos no útero. Nenhuma dessas dificuldades presta qualquer tipo de apoio ao batismo infantil. Alguns estudiosos desconsideram por completo o batismo de prosélito judeu no primeiro século. Certamente esse não é o apoio para o batismo infantil.

Em segundo lugar, a menção explícita mais antiga que temos de batismo infantil nos escritos didáticos da igreja primitiva é de Tertuliano, por volta de 200 d.C. Nesta passagem, ele exorta o adiamento do batismo, especialmente de crianças pequenas, de modo que o seu significado seja plenamente cumprido. Isso, é claro, admite que crianças pequenas ou bebês estavam sendo batizados em sua época. Mas isso está longe de consentir que esta era uma tradição apostólica.

Orígenes, Agostinho, e muitos outros posteriores a eles dizem que era costume apostólico batizar crianças. É provável que Orígenes foi batizado como uma criança em 185 d. C. Ele

afirma que esta foi a tradição, transmitida desde os apóstolos. Irineu mencionou as fases da vida, desde a infância até a velhice como os estágios em que Cristo passou para salvar todos aqueles que nasceram de novo em todas as idades, assim, possivelmente aludindo ao batismo de crianças pela tendência dos pais da igreja de identificar o batismo com a regeneração. Assim, parece que a partir da segunda metade do segundo século da Reforma, no século XVI, o batismo infantil foi aceito como uma tradição apostólica.

No entanto, Irineu também afirmou em sua possível referência ao batismo que ele havia recebido uma tradição apostólica que Jesus teve de quarenta a cinquenta anos de idade, contrariando o registro bíblico. Também sabe-se que os pais da igreja têm reclamado muitas outras tradições apostólicas que são infundadas. De fato, Tertuliano é frequentemente reconhecido como um acérrimo defensor da tradição apostólica. Mas por que ele não defendeu o batismo de crianças, se esta é uma tradição apostólica? Tal testemunho não pode ser considerado conclusivo se não for bem fundamentado nas Escrituras.

Apelo também pode ser feito a uma fonte muito mais primitiva, ou seja, a Didaqué (100-125 d.C.). Este manual da igreja primitiva oferece instrução apenas para o batismo dos catecúmenos. O seu silêncio sobre o batismo infantil é ensurdecador. Isto é especialmente assim por causa da reivindicação pedobatista que a igreja “missionária” de Mateus 28:18-20 apenas registra o batismo de discípulos inicialmente, mas que o batismo infantil veio depois. Mas, por que então o batismo infantil não foi mencionado neste manual eclesiástico? Tanto quanto sabemos sobre a Bíblia e a Didaqué, é que não foi mencionado porque não era praticado.

As primitivas referências didáticas claras para o batismo são ou silêncio sobre ou a negativa para o batismo infantil. Não posso permitir que tal evidência incerta da tradição interprete a Escritura ou tradição apostólica para mim. Tradição, como muitos pedobatistas concordam, pode oferecer provas confirmatórias somente se o batismo infantil for primeiramente encontrado na Bíblia. No entanto, enquanto eu olho através da perspectiva das Escrituras, a pequena pérola da tradição diminui de tamanho e desaparece de vista.

Conclusão

O Cordão Sem Pérolas

Como eu já examinei cada pérola no cordão, eu saio, na melhor das hipóteses, com um colar de joias desbotadas e ausentes. Na realidade, eu confesso que eu fiquei com um cordão vazio chamado “boa e necessária inferência” que não me faz nenhum bem para mostrar a beleza do batismo Cristão. Ele é um fio de barbante em volta do pescoço de uma princesa.

Eu não posso construir a minha doutrina em um cordão vazio. Portanto, eu aceito a única pérola de valor inestimável do batismo de discípulos e o uso em minha mão como um sinal de meu casamento com Cristo. O batismo é o sinal exterior da entrada na Nova Aliança, a circuncisão interior do coração, evidenciada por sua confissão de fé em Cristo. Infantes do Antigo Testamento entraram na aliança Abraâmica, a circuncisão da carne. Se eles viessem à fé, isso se tornava um selo da justiça da fé, como foi com Abraão (Romanos 4). Agora, os nossos filhos da Nova Aliança entram na Nova Aliança, a circuncisão do coração, selados pelo Espírito Santo e o simbolizam pelo sinal do batismo de discípulos.

Alegro-me de ver um reavivamento de crenças Reformadas em nossas igrejas Batistas em todo o país. Batistas estão redescobrendo suas raízes Reformadas. No entanto, a obra da restauração da verdade Bíblica custou a muitos pastores seus empregos e a paz de espírito de suas famílias. Em amor, eu desafio as pessoas com convicções Batistas a não aceitarem muito rapidamente um refúgio acolhedor nas igrejas pedobatistas. Permaneçam firmes para, com os Batistas, “confirmar os restantes” [Apocalipse 3:2], em vez de fugirem para o que parece ser um ambiente mais acolhedor.

É triste ver pastores Batistas e leigos encobrirem o batismo, a fim de servirem em igrejas Pedobatista. Antes que qualquer mudança seja contemplada, a Palavra de Deus deve ser estudada sobre o assunto, com diligência e honestidade. Pastores fazem votos sobre tais coisas. Os Batistas hoje precisam de sacrificiais Luteros, Calvinos e Bunyans em nossos púlpitos e bancos para que considerem o custo da construção de igrejas Biblicamente Reformadas e Batistas, de discípulos fiéis. Isso deve ser feito. Isso pode ser feito. E pela graça de Deus, isso está sendo feito, com frequência cada vez maior em todo o mundo.

Finalmente, depois de termos passado por tantas lutas sobre a questão do batismo Cristão,

só posso sinceramente implorar pela unidade e entendimento entre os Batistas e os irmãos pedobatista que detêm as grandes doutrinas da graça em comum para a glória de Deus em Sua igreja.

Sola Fide!
Sola Scriptura!
Sola Gratia!
Solus Christus!
Soli Deo Gloria!

Bibliografia Seleccionada:

Baillie, John, John T. McNeill, e Henry P. Van Dusen, eds. A Biblioteca de Clássicos Cristãos. Vol. XX-XXI, Calvino: Institutas da Religião Cristã, por João Calvino. Traduzido por Ford Lewis Battles. Philadelphia: Westminster Press, 1960.

Berkhof, L. Teologia Sistemática. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1941.

Hoeksema, Herman. Crentes e sua Descendência. Grand Rapids: Reformed Free Publishing Asso., 1971.

Jewett, Paul K. Batismo Infantil e o Pacto da Graça. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1978.

Kingdon, David. Filhos de Abraão. Sussex: Carey Publications, 1973.

Kline, Meredith G. Por Juramento Consignado. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1968.

Marcel, Pierre Ch. A Doutrina Bíblica do Batismo Infantil. Traduzido por Philip Edgcumbe Hughes. Londres: James Clarke & Co., 1953.

Marston, George. Você é um Batista Bíblico? Panfleto.

Murray, John. O Batismo Cristão. Philadelphia: Presbyterian & Reformed Pub. Co., 1970.

Ridderbos, Herman. A Vinda do Reino. Philadelphia: Presbyterian & Reformed Pub. Co., 1962.

Robertson, O. Palmer. O Cristo dos Pactos. Phillipsburg, NJ: Presbyterian & Reformed Pub. Co., 1980.

Watson, T. E., Bebês Devem Ser Batizados? Grand Rapids: Guardian Press, 1962.

Warfield, B. B., Estudos em Teologia. Oxford University Press, 1932, Reedição, Baker Book House: Grand Rapids, MI, 1981.

Apêndice:

O Batismo Infantil e o Princípio Regulador do Culto*

por Fred Malone

Nossos amigos Presbiterianos muitas vezes afirmam que a autoridade para o batismo infantil vem de “boa e necessária inferência” da circuncisão de recém-nascidos, a partir do Antigo Testamento, não do comando positivo, exemplo, ou instituição no Novo (Warfield, Berkhof, Murray, et al). Na verdade, eles admitem aberta e regularmente que não há nenhum comando ou exemplo de batismo infantil no Novo Testamento, ou de fato, em todas as Escrituras.

Batistas frequentemente rejeitam o batismo infantil Presbiteriano, mostrando que a visão Pedobatista (“Batismo de infante”) sobre a teologia pactual erroneamente autoriza a “boa e necessária inferência” a partir da circuncisão do Antigo Testamento para anular a única instituição positiva do batismo no Novo Testamento, a saber, o batismo de discípulos somente. Este é um argumento adequado. No entanto, poucos reconhecem que esse erro Presbiteriano é uma violação de seu próprio “princípio regulador do culto”. Ainda assim, a prática do batismo infantil faz exatamente isso.

Isso pode não parecer ser uma declaração muito significativa a princípio, mas desde que o princípio regulador é ensinado e defendido por nossos irmãos Presbiterianos, isso realmente é uma acusação muito séria. Isso significa que eles contradizem o seu mais importante princípio de culto a cada vez que batizam um lactente.

Os Batistas sustentaram historicamente o mesmo princípio regulador do culto, embora muitos tenham esquecido disso hoje. Na verdade, nós, em última análise, praticamos “o batismo dos discípulos somente” por causa disso. Estou convencido de que uma das razões pelas quais alguns Batistas estão se tornando Presbiterianos é porque os Batistas não compreendem mais o princípio regulador.

Obviamente, Batistas e Presbiterianos não podem estar ambos certos sobre a questão do batismo. Com certeza, esta questão não é essencial para a salvação (como é, por exemplo, a justificação pela fé), mas diz respeito a um sacramento da igreja e, portanto, não pode ser descartado como sem importância (embora alguns ministros têm tentado fazer isso de

* Fonte: GraceSermons.com | Título Original: Infant Baptism and the Regulative Principle of Worship • Tradução por: oEstandarteDeCristo.com.

modo a servir no ministério Presbiteriano). Batistas que são tentados a abandonar a teologicamente problemática Sião Batista pelo mais confortável Presbiterianismo podem não perceber que eles devem violar o princípio regulador do culto Presbiteriano (e Batista) para fazer isso.

Para provar minha tese, primeiro definirei “o princípio regulador” a partir de fontes Presbiterianas e depois mostrarei porque eu acredito que o batismo infantil é uma clara violação do referido princípio.

O Que é o Princípio Regulador do Culto?

De acordo com a Confissão Presbiteriana Westminster e a Confissão Batista de Londres de 1689 (a confissão matriz de Batistas Americanos e do Sul),

“[...] o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por Ele mesmo e tão limitado por Sua própria vontade revelada, de forma que Ele não pode ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou qualquer outro modo não prescrito na santa Escritura” (CFW 21:1).

Este princípio regulador ensina que o culto Cristão aprovado por Deus inclui apenas os elementos e práticas instituídas “por Ele mesmo e tão limitado por Sua própria vontade revelada, [e não]... de qualquer outro modo não prescrito na santa Escritura”. Em outras palavras, especulação, invenção, imaginação, e as práticas não comandadas e etc., não podem ser permitidas alterar ou negligenciar o culto instituído portanto, os únicos elementos de culto aprovados na tradição reguladora, de acordo com a Escritura, são:

Oração... A leitura das Escrituras com temor piedoso; a sã pregação, e consciente atenção à Palavra, em obediência a Deus, com entendimento, fé e reverência; o cantar salmos com graça no coração; como, também, a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo; são todas as partes do ordinário culto religioso a Deus: além dos juramentos religiosos, e votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasião especial; devem, em seus vários tempos e estações, ser usados de um modo santo e religioso (CFW 21:4-5).

A oração, a leitura, a pregação da Bíblia, os cânticos, os sacramentos, votos, ações de graças, etc., são os únicos elementos autorizados do culto Reformado. Deve ser notado que os únicos sacramentos que são aprovados como elementos de culto são aqueles que foram “instituídos por Cristo” e não por “boa e necessária inferência”.

Por outro lado, o “princípio normativo de culto” é praticado por Luteranos, Anglicanos, Católicos Romanos, e, aparentemente, por muitos Batistas carismáticos e fundamentalistas. Eles são unidos a um número crescente de Batistas do Sul que, por vezes, por ignorância, desviaram-se sua herança teológica quanto à regulação.

O princípio normativo ensina que a adoração deve ser constituída por aquilo que é ordenado por Deus e também pode incluir o que não é expressamente proibido pela Escritura. Isso abre a porta para muitas atividades não comandadas que muitas vezes limitam a prática desses elementos comandados. O resultado também muitas vezes é visto no culto público, que tem pouquíssima leitura da Escritura e sermões de vinte minutos.

Obviamente, o princípio normativo convida à invenção, criatividade e novos elementos de culto que nunca são comandados ou mencionados na Escritura. Ele também permite que as práticas que são prescritas no culto do Antigo Testamento sejam usadas no culto Cristão do Novo Testamento por “boa e necessária inferência”, mesmo que estas práticas não sejam prescritas para o culto Cristão. Isto explica as diferenças tradicionais de culto entre a regra normativa versus as bases regulativas. Isso também explica as adições normativas de pompa, altares, sacerdócios, paramentos, livros de oração, mariolatria, orações aos santos, e outras práticas não instituídas pela Escritura ao culto Evangélico. Outros, atualmente, adicionam teatro, dança, fantoches, palhaços, filmes, mágicos, comediantes, levantamento de peso, “chamadas ao altar” de grande pressão, entretenimento e tudo o mais que seus corações desejem. Quando alguém sustenta o princípio normativo, outro deve perguntar: “Onde isso acabará?”.

O princípio regulador sempre incluiu: “há algumas circunstâncias, quanto ao culto a Deus e ao governo da Igreja, comuns às ações e sociedades humanas, as quais devem ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência Cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que devem sempre ser observadas” (CFW 1:6). No entanto, estas circunstâncias de culto são sempre limitadas ao tempo, lugar, ordem de adoração, tempo de adoração, língua, bancos, ar condicionado, etc., questões que são comuns a qualquer sociedade humana (veja A Confissão de Fé de Westminster, por G. I. Williamson, 161). Eles nunca incluíram novas atividades não comandadas, como as mencionadas acima.

Acrescentando à confusão, outros que afirmam manter o princípio regulador redefiniram os elementos mais simples de adoração para incluir “aplicações” criativas desses elementos por “boa e necessária inferência”. Assim, eles justificam novas práticas, como teatro, como uma forma de pregação e dança como uma forma de louvor. Estes são justificados pela “boa e necessária inferência”, mesmo que tais práticas nunca sejam ordenadas em qualquer culto do Antigo Testamento ou do culto Cristão do Novo Testamento. Tais mestres

têm, seja involuntária ou propositalmente, voltado para o princípio normativo de culto, acrescentando o que a Escritura não proibiu expressamente. Nenhuma quantidade de protesto em oposição pode mudar esse fato.

Em resumo, o princípio regulador do culto Reformado permite apenas os elementos de culto que foram instituídos de forma positiva e ordenados por Deus na Escritura.

O Que o Princípio Regulador Tem a Ver com a Batismo Infantil?

O batismo infantil viola o princípio regulador do culto. Batismo é um dos sacramentos que foram “instituídos por Cristo”. Assim, ele é regulado por Deus, limitado pela Sua vontade revelada e prescrito pela Sagrada Escritura. Esta regulação se estende aos sujeitos do batismo. Quem deve ser batizado? Como eles devem ser batizados? Por que eles devem ser batizados? Para responder a essas perguntas, devemos fazer uma pergunta mais básica: O que foi “instituído por Cristo”?

A instituição de Cristo do batismo, em seu modo, significado e sujeitos deve ser regulada pela Palavra de Deus. Ainda assim, como os Batistas e Pedobatistas concordam, os únicos sujeitos do batismo que podem ser conclusivamente determinados pela Escritura são discípulos professos. Os bebês são incluídos apenas por “boa e necessária consequência”, isto é, por uma adição normativa que nunca é ordenada na Bíblia. A prática de batizar bebês viola o princípio regulador.

Por incrível que pareça, o apologista Pedobatista, Pierre Marcel, na verdade afirma que Deus só nos dá instruções gerais sobre a doutrina do batismo e depois deixa-o para que nós determinemos a sua aplicação prática às crianças. Isto é feito, segundo ele, por “princípios normativos”. Ele compara a prática do batismo infantil ao trabalho de aplicação na pregação. Esta é uma comparação totalmente inadequada quando se considera a inclusão dos sacramentos na Confissão de Westminster, sob o princípio regulador do culto. Marcel escreve:

A Igreja nunca se limita apenas ao pé da letra, mas, trabalhando a partir dos dados da Escritura e sob o controle do Espírito Santo, afirma princípios normativos e elabora as consequências e aplicações que tornam a sua vida e desenvolvimento possível e eficaz. Se não fosse assim, o exercício do ministério pastoral, a cura de almas, pregação, disciplina, e assim por diante, seria absolutamente impossível! É assim que a Igreja faz quando ela passa de um batismo de adultos para o infantil. A Escritura dá instruções gerais sobre o batismo, seu significado e valor, e a Igreja o aplica concretamente na vida. Se a Escritura atribui aos filhos de crentes o gozo dos mesmos privilé-

gios que são experimentados por aqueles que estão em idade de confessar sua fé, e uma vez que em nenhum lugar faz menção de um ministério batismal que deveria ter sido aplicadas aos adultos nascidos de pais Cristãos, diz-se o suficiente sobre este ponto, sem a necessidade de ter prescrito literalmente o batismo de infantes.

É surpreendente que Marcel admite que o batismo infantil é praticado sobre “princípios normativos” e, portanto, não precisa ser prescrito literalmente pela Escritura! Esta é claramente uma aplicação do princípio normativo, e não do regulador, ao sacramento “instituído por Cristo”. É ainda mais surpreendente ver como ele usa a falta de instrução bíblica a respeito do batismo de adultos que nasceram de pais Cristãos. Ele faz desses filhos adultos de crentes uma classe especial e, em seguida, cita o silêncio da Bíblia sobre o batismo destes para justificar o batismo de infantes.

Não é verdade que a Escritura não se pronuncia sobre o batismo de “adultos nascidos de pais Cristãos”. Eles, junto com adultos nascidos de pais não-Cristãos, bem como homens e mulheres, meninos e meninas de todas as idades são comandados pelo Senhor, através da Escritura, a se arrependem e crerem no Evangelho. Aqueles que o fazem, independentemente de suas origens, devem, como os crentes do Novo Testamento do primeiro século, ser batizados (Atos 2:41).

Fazer dos filhos adultos de crentes uma classe especial, em seguida, equiparar o silêncio da Escritura a respeito deles com o seu silêncio sobre o batismo infantil é um absurdo. Esse tipo de pensamento pode levar a qualquer lugar, mesmo de volta aos sete sacramentos do Catolicismo Romano. Afinal, a Bíblia não é mais silenciosa sobre o batismo infantil do que sobre a administração da extrema-unção.

Uma questão fundamental permanece: se Cristo não chegou a instituir o batismo infantil, como ele pode ser, na linguagem da confissão, um sacramento “instituído por Cristo”? A explicação de Marcel sobre o batismo infantil em “princípios normativos” constitui uma afirmação Pedobatista do que tem sido mantida neste artigo, que o batismo infantil é uma violação do princípio regulador do culto e baseia-se no princípio normativo.

Quando Deus instituiu a circuncisão, Ele foi muito específico ao identificar seus sujeitos. É por isso que os bebês eram circuncidados. Isto está de acordo com o princípio regulador. Agora, nesta época do Novo Testamento, devemos assumir que o princípio regulador sobre os sujeitos dos sacramentos “instituídos por Cristo” (Batismo e a Ceia do Senhor), limitados pela vontade revelada de Deus, e prescritos pela Sagrada Escritura, devem ser deixados à nossa aplicação, como se fossem uma circunstância não comandada de culto? Se as pala-

vas não significam nada, obviamente não. De acordo com o princípio regulador, os únicos sujeitos do batismo “instituído por Cristo” e prescrito na Sagrada Escritura são os discípulos.

Estou convencido de que a “boa e necessária inferência” que estabelece o batismo infantil, abriu as portas a outras dificuldades dentro do mundo Cristão Reformado e Evangélico. A teonomia, a pedocomunhão e, mais recentemente, aplicações estabelecidas do princípio regulador do culto que na verdade tornaram-no o princípio normativo da época, são três exemplos. Ou pode ser que o batismo infantil sempre foi baseado no princípio normativo, em vez do regulador? Essa é a minha conclusão. Talvez todos nós, Presbiterianos e Batistas, semelhantemente, precisamos nos comprometer com o princípio regulador do culto baseado na Bíblia e segui-lo aonde ele nos conduza.

Nem Batistas nem Pedobatistas tem um recanto na verdade. Ambos precisamos examinar nossas crenças e práticas à luz da Palavra de Deus. A herança que compartilhamos na Reforma Protestante nos lembra que a igreja deve ser “reformada e sempre se reformando de acordo com a Palavra de Deus”. Porque nós fazemos o que fazemos no culto? Como os sacramentos da igreja devem ser observados? O que a Palavra diz especificamente sobre os sujeitos do batismo? Estas perguntas devem ser respondidas a partir da Bíblia. Tal exercício será benéfico para todos os filhos de Deus. Além disso, deverá nos tornar cautelosos para que não violemos o culto biblicamente regulamentado, pela incorporação de práticas não comandadas, não instituídas, não reveladas e não prescritas.

Algumas Informações sobre Fred Malone



Fred A. Malone tem servido como pastor da Primeira Igreja Batista, em Clinton, Louisiana, desde 1993, tendo previamente servido por 11 anos como pastor fundador da *Heritage Baptist Church* (Igreja da Herança Batista), em Mansfield, Texas. Ele possui um Mestrado em Divindade pelo Seminário Teológico Reformado, Mississippi (1974), e um Ph.D. em licenciatura no Novo Testamento, pelo Seminário Teológico Batista do Sudoeste, em Ft. Worth, Texas (1989).

Pastor Malone serve como um Membro Fundador do Conselho do *Founder's Ministries*. Ele serviu como um Administrador do Seminário Teológico Batista do Sudoeste, Louisville, Kentucky, do Instituto de Estudos Batista Reformados, e do *Louisiana College*, Pineville, Louisiana. Ele serviu no Conselho de Administração da Associação das Igrejas Batistas Reformadas na América e é membro sênior do Instituto de Estudos Batistas Reformados no Seminário Teológico de Westminster, em Escondido, Califórnia. Ele também atua no Conselho de Administração do Centro de Estudos Teológicos do Meio Oeste, Owensboro, Kentucky e é Professor Adjunto.

Pastor Malone publicou dois livros, "*A String of Pearls Unstrung*" (Um Colar de Pérolas Soltas) e "*The Baptism of Disciples Alone*" (O Batismo de Discípulos Somente). Ele contribui com vários artigos para *Founder's Journal*, bem como para o "*The Reformed Baptist Theological Review*" (*Revisão Teológica Batista Reformada*). Ele contribuiu com capítulos em "*Letters to Timothy*" (*Cartas a Timóteo*) e "*Why I am a Baptist*" (Por que eu Sou um Batista).

Ele é o abençoado marido de Deborah por quase 40 anos, e o feliz pai de três filhos adultos e seis netos.

Estas Informações são baseadas nas seguintes fontes:

- ◆ TheBlogFOUNDERS.org
- ◆ ReformedBaptistInstitute.org

OUTRAS LEITURAS QUE RECOMENDAMOS

Baixe estes e outros e-books gratuitamente no site oEstandarteDeCristo.com.

- 10 Sermões — R. M. M'Cheyne
- Adoração — A. W. Pink
- Agonia de Cristo — J. Edwards
- Batismo, O — John Gill
- Batismo de Crentes por Imersão, Um Distintivo Neotestamentário e Batista — William R. Downing
- Bênçãos do Pacto — C. H. Spurgeon
- Biografia de A. W. Pink, Uma — Erroll Hulse
- Carta de George Whitefield a John Wesley Sobre a Doutrina da Eleição
- Cessacionismo, Provando que os Dons Carismáticos Cessaram — Peter Masters
- Como Saber se Sou um Eleito? ou A Percepção da Eleição — A. W. Pink
- Como Ser uma Mulher de Deus? — Paul Washer
- Como Toda a Doutrina da Predestinação é corrompida pelos Arminianos — J. Owen
- Confissão de Fé Batista de 1689
- Conversão — John Gill
- Cristo É Tudo Em Todos — Jeremiah Burroughs
- Cristo, Totalmente Desejável — John Flavel
- Defesa do Calvinismo, Uma — C. H. Spurgeon
- Deus Salva Quem Ele Quer! — J. Edwards
- Discipulado no Tempo dos Puritanos, O — W. Bevins
- Doutrina da Eleição, A — A. W. Pink
- Eleição & Vocação — R. M. M'Cheyne
- Eleição Particular — C. H. Spurgeon
- Especial Origem da Instituição da Igreja Evangélica, A — J. Owen
- Evangelismo Moderno — A. W. Pink
- Excelência de Cristo, A — J. Edwards
- Gloriosa Predestinação, A — C. H. Spurgeon
- Guia Para a Oração Fervorosa, Um — A. W. Pink
- Igrejas do Novo Testamento — A. W. Pink
- In Memoriam, a Canção dos Suspiros — Susannah Spurgeon
- Incomparável Excelência e Santidade de Deus, A — Jeremiah Burroughs
- Infinita Sabedoria de Deus Demonstrada na Salvação dos Pecadores, A — A. W. Pink
- Jesus! — C. H. Spurgeon
- Justificação, Propiciação e Declaração — C. H. Spurgeon
- Livre Graça, A — C. H. Spurgeon
- Marcas de Uma Verdadeira Conversão — G. Whitefield
- Mito do Livre-Arbitrio, O — Walter J. Chantry
- Natureza da Igreja Evangélica, A — John Gill
- Natureza e a Necessidade da Nova Criatura, Sobre a — John Flavel
- Necessário Vos é Nascer de Novo — Thomas Boston
- Necessidade de Decidir-se Pela Verdade, A — C. H. Spurgeon
- Objeções à Soberania de Deus Respondidas — A. W. Pink
- Oração — Thomas Watson
- Pacto da Graça, O — Mike Renihan
- Paixão de Cristo, A — Thomas Adams
- Pecadores nas Mãos de Um Deus Irado — J. Edwards
- Pecaminosidade do Homem em Seu Estado Natural — Thomas Boston
- Plenitude do Mediador, A — John Gill
- Porção do Ímpios, A — J. Edwards
- Pregação Chocante — Paul Washer
- Prerrogativa Real, A — C. H. Spurgeon
- Queda, a Depravação Total do Homem em seu Estado Natural..., A, Edição Comemorativa de Nº 200
- Quem Deve Ser Batizado? — C. H. Spurgeon
- Quem São Os Eleitos? — C. H. Spurgeon
- Reformação Pessoal & na Oração Secreta — R. M. M'Cheyne
- Regeneração ou Decisionismo? — Paul Washer
- Salvação Pertence Ao Senhor, A — C. H. Spurgeon
- Sangue, O — C. H. Spurgeon
- Semper Idem — Thomas Adams
- Sermões de Páscoa — Adams, Pink, Spurgeon, Gill, Owen e Charnock
- Sermões Graciosos (15 Sermões sobre a Graça de Deus) — C. H. Spurgeon
- Soberania da Deus na Salvação dos Homens, A — J. Edwards
- Sobre a Nossa Conversão a Deus e Como Essa Doutrina é Totalmente Corrompida Pelos Arminianos — J. Owen
- Somente as Igrejas Congregacionais se Adequam aos Propósitos de Cristo na Instituição de Sua Igreja — J. Owen
- Supremacia e o Poder de Deus, A — A. W. Pink
- Teologia Pactual e Dispensacionalismo — William R. Downing
- Tratado Sobre a Oração, Um — John Bunyan
- Tratado Sobre o Amor de Deus, Um — Bernardo de Claraval
- Um Cordão de Pérolas Soltas, Uma Jornada Teológica no Batismo de Crentes — Fred Malone



2 Coríntios 4

¹ Por isso, tendo este ministério, segundo a misericórdia que nos foi feita, não desfalecemos;
² Antes, rejeitamos as coisas que por vergonha se ocultam, não andando com astúcia nem falsificando a palavra de Deus; e assim nos recomendamos à consciência de todo o homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade. ³ Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, para os que se perdem está encoberto. ⁴ Nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus. ⁵ Porque não nos pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, o Senhor; e nós mesmos somos vossos servos por amor de Jesus. ⁶ Porque Deus, que disse que das trevas resplandecesse a luz, é quem resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Jesus Cristo. ⁷ Temos, porém, este tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus, e não de nós. ⁸ Em tudo somos atribulados, mas não angustiados; perplexos, mas não desanimados. ⁹ Perseguidos, mas não desamparados; abatidos, mas não destruídos; ¹⁰ Trazendo sempre por toda a parte a mortificação do Senhor Jesus no nosso corpo, para que a vida de Jesus se manifeste também nos nossos corpos; ¹¹ E assim nós, que vivemos, estamos sempre entregues à morte por amor de Jesus, para que a vida de Jesus se manifeste também na nossa carne mortal. ¹² De maneira que em nós opera a morte, mas em vós a vida. ¹³ E temos portanto o mesmo espírito de fé, como está escrito: Cri, por isso falei; nós cremos também, por isso também falamos. ¹⁴ Sabendo que o que ressuscitou o Senhor Jesus nos ressuscitará também por Jesus, e nos apresentará convosco. ¹⁵ Porque tudo isto é por amor de vós, para que a graça, multiplicada por meio de muitos, faça abundar a ação de graças para glória de Deus. ¹⁶ Por isso não desfalecemos; mas, ainda que o nosso homem exterior se corrompa, o interior, contudo, se renova de dia em dia. ¹⁷ Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós um peso eterno de glória mui excelente; ¹⁸ Não atentando nós nas coisas que se veem, mas nas que se não veem; porque as que se veem são temporais, e as que se não veem são eternas.